

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS  
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

**“A EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA E AS  
TRANSFORMAÇÕES NO NORTE MATOGROSSENSE:  
O CASO DE LUCAS DO RIO VERDE”**

Lisanil da Conceição Patrocínio Pereira

Florianópolis - SC, fevereiro de 2000

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS  
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

**“A EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA E AS  
TRANSFORMAÇÕES NO NORTE MATOGROSSENSE:  
O CASO DE LUCAS DO RIO VERDE”**

Lisanil da Conceição Patrocínio Pereira

Orientadora  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Walquíria Krüger Corrêa

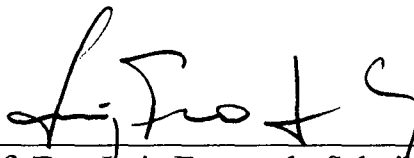
Dissertação de mestrado  
Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Florianópolis - SC, fevereiro de 2000

**"A expansão da fronteira agrícola e as transformações  
no norte matogrossense: o caso de Lucas do Rio  
Verde".**

**Lisanil da Conceição Patrocínio Pereira**

*Dissertação submetida ao Curso de Mestrado em Geografia, área de concentração em Desenvolvimento Regional e Urbano, do Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia.*



Prof. Dr. Luiz Fernando Scheibe  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia

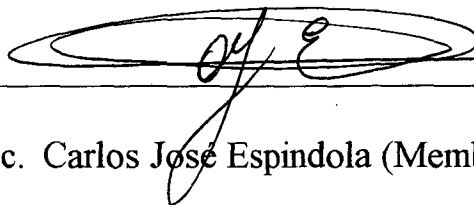
APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM: 24/03/2000



Dr<sup>a</sup>. Walquíria Krüger Corrêa (Presidente-Orientadora-UFSC)



Dr. Dalton Aureo Moro (Membro-UEM)



M.Sc. Carlos José Espindola (Membro-UFSC)

Florianópolis - 2000

## Dedicatória

Este trabalho é dedicado a todos os assentados do PEA Lucas do Rio Verde, que lutaram para sobreviver como produtor familiar.

## AGRADECIMENTOS

A página de agradecimentos presente em todos os trabalhos acadêmicos não poderia deixar de ser registrada neste também. Porém, esta que é uma tarefa difícil: afinal em que medida estaremos fazendo justiça aos muitos interlocutores que anonimamente ou não contribuíram para esta pesquisa? Existe sempre o risco de se atribuir, em determinado momento maior crédito a uns do que outros, muitas vezes sequer citados.

Por isso, solicitamos antecipadamente desculpas às pessoas que consideramos importantes em nossa trajetória de vida, cujos nomes não foram aqui registrados. Com esta ressalva, apresentamos a seguir as pessoas ou Instituições como mais significativas na contribuição efetiva para o presente trabalho.

A professora Walquíria K. Corrêa, a minha gratidão e reconhecimento por ter acreditado e confiado na minha capacidade. Ela foi muito mais que uma orientadora, foi amiga.

Aos funcionários da UFSC e em especial da Secretaria do CFH, Revista GEOSUL e Biblioteca Setorial do CFH e ao Curso de Pós Graduação em Geografia na pessoa da secretária Marli.

A CAPES pela concessão da bolsa, que me permitiu realizar este estudo.

Aos poucos e valiosos amigos conquistados na breve estadia em Florianópolis: em especial ao amigo Maurício Alves, ao João Marcos e a Rosângela Guimarães.

As amigas Maria Lúcia e Sandra de Almeida pelo empréstimo do computador.

A UFMT, através do Departamento de Geografia na pessoa do Prof. Neurozito pela ajuda com documentos necessários.

Aos órgãos estaduais que contribuíram com informações, além de subsídios fundamentais a este trabalho: INCRA, INTERMAT, EMPAER sede Lucas do Rio Verde.

Aos produtores de Lucas do Rio Verde e em especial aos assentados ainda residente no município, por suas revelações.

Não poderia deixar de registrar o apoio do amigo Edgar F. de Oliveira e da Professora Gislaene Moreno por todas as sugestões.

A meus pais, irmãos e sobrinhos pelo convívio importante da família.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender o processo de expansão da fronteira agrícola, através da análise do projeto governamental e a realidade sócio espacial e económica da produção familiar no município de Lucas do Rio Verde, que expressa os resultados da incorporação de novas áreas ao sistema produtivo nacional. O norte de Mato Grosso foi contemplado com muitos projetos de colonização, destacando o PEA (Projeto Especial de Assentamento) de Lucas do Rio Verde. Este Projeto, inicialmente, assentou 203 famílias de produtores sem terra. Diante das dificuldades de reprodução em pouco tempo a maior parte dos assentados deixou a área, Lucas do Rio Verde passou a vivenciar uma rotatividade de produtores vinculados a outros projetos e isto se refletiu na organização sócio-espacial local. Este trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro mostra o papel do Estado na ocupação da fronteira. O segundo focaliza a gênese dos projetos de colonização no norte de Mato Grosso e as mudanças sócio espaciais decorrentes dos projetos de colonização. O terceiro apresenta uma caracterização geo-histórica da área. Enfoca também as características iniciais do PEA Lucas do Rio Verde. O quarto retrata a atual organização do espaço agrário em Lucas do Rio Verde. Conclui-se que o projeto de colonização desenvolvido em Lucas do Rio Verde reflete a resposta da área aos incentivos políticos e econômicos definidos pelo Estado. Embora os resultados revelem a não homogeneização da modernização tecnológica na agricultura e a variabilidade das condições de reprodução dos produtores, Lucas do rio Verde é um espaço reproduzido pelo capital e integrado à economia nacional e mundial.

## ABSTRACT

This work aims at understanding the expansion process of the agricultural frontier through the analysis of the governmental project and the social-spatial-economic reality concerning family agricultural production in the municipality of Lucas do Rio Verde (Mato Grosso State, Brazil), which expresses the results of the incorporation of new areas to the national productive system. The Northern region of Mato Grosso State has undertaken various colonization projects - among them we have PEA (Special Project of Settlement) in Lucas do Rio Verde that has initially settled 203 families of landless agricultural producers. Because of the difficulties related to reproduction, in a short time period most of the settled producers have left the area. Since then, Lucas do Rio Verde has undergone by a regular succession of producers linked to other projects, and this fact has reflected upon the local social-spatial organization. This work is divided into four chapters. The first shows the role of the State in the frontier occupation. The second is focussed upon the genesis of colonization projects in the North of Mato Grosso State and their consequent social-spatial changes. The third points out a geographic-historical characterization of the area and also presents the initial characteristics of PEA. The fourth chapter depicts the current organization of the agrarian space in Lucas do Rio Verde. We conclude that the colonization project developed in Lucas do Rio Verde reflects the response of the area to the political and economic inputs defined by the State government. Although the results reveal the non-homogenization of modern technology in agriculture as well as the variability of conditions for reproduction by the agricultural producers, Lucas do Rio Verde shows itself as a space reproduced by the capital and integrated to national and global economy.



## SUMÁRIO

RESUMO .....	vii
ABSTRACT .....	viii
Introdução.....	11
CAPÍTULO I - O papel do Estado na expansão da fronteira agrícola.....	19
1.1 - Delimitando a fronteira.....	20
1.2 - A fronteira agrícola e suas funções.....	26
1.3 - As políticas públicas e a ocupação da fronteira agrícola no Brasil 1960/80.....	28
CAPÍTULO II- A transformação espacial no norte matogrossense a partir da expansão da fronteira agrícola.....	44
2.1- A gênese dos projetos de colonização no norte de Mato Grosso.....	45
2.2- Os projetos de colonização e as transformações territoriais 1970/80 em Mato Grosso .....	50
CAPÍTULO III- A colonização em área de fronteira agrícola o caso do PEA - Lucas do Rio Verde-MT.....	62
3.1 - O município de Lucas do Rio Verde: uma caracterização.....	63
3.2 - Histórico do PEA Lucas do Rio Verde e da família assentada.....	72
CAPÍTULO IV- Agricultura familiar a organização sócio-espacial no município de Lucas do Rio Verde .....	84
4.1 - A estrutura fundiária.....	85
4.2 - Uso da terra no município de Lucas do rio Verde:cultivo e criação.....	88
4.3 - Infra-estrutura e tecnologia de produção.....	91
4.4 - O financiamento e a assistência técnica.....	92
4.5 - A comercialização da produção.....	95
4.6 - A organização do trabalho familiar.....	98
4.6.1 - A qualidade de vida.....	99
Considerações Finais.....	103
Referências Bibliográficas .....	107

## LISTA DE FIGURAS

Fig 01- Mapa do Estado de Mato Grosso.....	60
Fig. 02- Mapa do município de Lucas do Rio Verde.....	64

## LISTA DE TABELAS

Tab. 01 - Distribuição da terra no município de Lucas do Rio Verde-MT.....	85
Tab. 02 - Principais cultivos agrícolas temporários em Lucas do Rio Verde.....	88
Tab. 03 - Lucas do rio Verde: área cultivada com frutas.....	89

## LISTA DE SIGLAS

BASA- Banco da Amazônia  
 CEBs- Comunidade Eclesial de Base  
 BEC – Batalhão de Engenharia e Construção  
 CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
 CODEMAT – Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso  
 COOPERLUCAS - Cooperativa de Lucas do Rio Verde  
 COOPERCOOL - Cooperativa de Colonização 31 de março  
 CONOMALI - Colonizadora Noroeste Matogrossense S/A.  
 CPT - Comissão da Pastoral da Terra  
 DTC- Departamento de Terras e Colonização  
 EMPAER - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural  
 GERA - Grupo Executivo da Reforma Agrária  
 ha - hectare  
 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
 IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária  
 IMCOL - Imóveis e Colonizadora Ltda.  
 INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
 INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário  
 INDECO - Integração, Desenvolvimento e Colonização  
 INTERMAT - Instituto de Terras de Mato Grosso  
 MEAF - Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários  
 MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
 PA – Projeto de Assentamento  
 PAC - Projeto de Assentamento Conjunto  
 PAD - Projeto de Assentamento Dirigido  
 PAR - Projeto de Assentamento Rápido  
 PEA - Projeto Especial de Assentamento  
 PIC - Projeto Integrado de Colonização  
 PIN - Plano de Integração Nacional  
 PMLRV - Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde  
 POLAMAZÔNIA- Programa de Polós Agropecuários e Agrominerais  
 PRODECER - Programa de Desenvolvimento do cerrado

PROTERRA- Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos a  
Agroindústria  
RADAM - Radar da Amazônia  
SINOP - Sociedade Imobiliária do Noroeste do Paraná  
SPEVEA - Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia  
SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia  
SUPRA- Superintendência da Reforma Agrária

## LISTA DE ANEXOS

1 - Produtores assentados .....	112
---------------------------------	-----

## 1 - INTRODUÇÃO

O interesse em estudar a fronteira surgiu no período de 1995 a 1997, quando participamos como Bolsista do CNPq, na pesquisa intitulada “As formas sociais da terra em Mato Grosso: caracterização atual do uso e ocupação da terra na Região Norte do Estado” e que fez parte do convênio CAPEs/COFECub (Brasil-UFMT/França-Rennes). A pesquisa foi coordenada pela professora Gislaene Moreno.

O Mato Grosso integra a Amazônia Legal, tida como região de fronteira econômica. A participação na pesquisa anteriormente referida nos motivou a fazer um estudo de caso e, por isso, o ingresso no Mestrado em Geografia, na Universidade Federal de Santa Catarina, oportunizou aprofundar a temática ocupação da fronteira agrícola, que resultou na presente dissertação.

Nas últimas décadas e, mais precisamente, após o golpe militar, as políticas públicas favoreceram a ocupação da fronteira agrícola. As metas propostas aceleraram-se a partir da criação e implantação do PIN (Plano de Integração Nacional) no Governo de Médici, no início da década de 70, o qual foi o suporte adotado para integrar novas áreas à economia nacional. No processo, e em meio a muitas contradições, o capital imprimiu mudanças significativas no Estado de Mato Grosso.

Para promover a ocupação da fronteira, o Estado colocou em prática a colonização, que foi uma forma rápida de preencher espaços com “vazios”

demográficos. Para isso, foram elaborados e implementados vários projetos, tais como: PAC (Projeto de Assentamento Conjunto) entre o INCRA (Instituto Nacional de Reforma Agrária e Colonização) e a propriedade privada, PAD (Projeto de Assentamento Dirigido), PAR (Projeto de Assentamento Rápido), PIC (Projeto Integrado de Colonização), PEA (Projeto Especial de Assentamento), dentre outros.

Escolheu-se como área de investigação o Município de Lucas do Rio Verde, localizado no norte de Mato Grosso, por tratar-se de um exemplo que reflete os objetivos do Estado para ocupar e expandir a fronteira agrícola. Nesta área, instalaram-se tanto empresários capitalistas como produtores familiares descapitalizados, sendo estes últimos o objeto do presente estudo. Para explicitar o que se entende por produção familiar, utilizaram-se os termos de BAUDEL WANDERLEY (1999): “aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. É importante ressaltar que, para esta autora, os pequenos produtores sempre buscaram alternativas para se integrar à economia local e regional, do mercado interno e do mercado externo..

Os produtores familiares de Lucas do Rio Verde, vítimas da estrutura agrária concentradora que se arrasta no país desde a colonização até os dias atuais, foram também afetados pela ação capitalista na área, cujo processo foi conduzido e apoiado pelo Estado.

O estudo abarcará o intervalo compreendido entre as décadas de 60 a 90, porque este período marca a elaboração e execução das políticas públicas para incorporação de áreas de fronteira à economia nacional. Neste contexto, participa o norte de Mato grosso aí incluído Lucas do Rio Verde onde a colonização, iniciada em 1982, imprimiu notáveis transformações no espaço agrário.

Os questionamentos norteadores da pesquisa foram os seguintes: Como se estruturou um projeto de colonização em área de fronteira agrícola? Quais são as características da produção agropecuária em área de fronteira? Qual é a situação sócio-econômica dos produtores familiares em área de fronteira? A busca de respostas às indagações justifica plenamente a escolha da temática e do objeto de investigação.

Este trabalho teve como objetivo geral compreender o processo de expansão da fronteira agrícola e a transformação sócio-espacial e econômica, através da análise da produção familiar, no município de Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso, que expressa os resultados da incorporação de novas áreas ao sistema produtivo nacional.

Para apreender este processo, o objetivo geral foi desdobrado em específicos: analisar o processo de ocupação do Município Lucas do Rio Verde e investigar a história de vida das famílias assentadas, suas motivações e fatores condicionantes, associando-os à realidade nacional; caracterizar a organização da produção quanto à estrutura fundiária e uso da terra, técnicas de produção e

relações de trabalho. Por fim, detectar a situação sócio-econômica dos produtores rurais, suas necessidades e dificuldades.

Para contornar a temática de estudo, tornou-se necessário integrar as mais diversas áreas do conhecimento que têm discutido a questão, a exemplo da Sociologia, Economia e da Agronomia. A ponte com a Geografia foi realizada através da análise da organização sócio-espacial<sup>1</sup> na fronteira.

Estudos desta natureza são importantes para o entendimento das diferentes modalidades de colonização, empreendidas pelo Estado, destacando-se as colonizações oficial, particular e espontânea, que incorporaram novas áreas ao sistema produtivo nacional. A pesquisa justifica-se também por preencher uma lacuna acerca dos mecanismos e estratégias políticas usados na implementação da colonização. Além disso, acredita-se que o estudo pode representar uma pequena contribuição para o entendimento da realidade dos produtores familiares e sua organização sócio-espacial em área de fronteira.

O trabalho se desenvolveu em fases: na primeira, efetuou-se uma pesquisa bibliográfica sobre a temática e área de estudo. Este levantamento possibilitou a reconstrução histórica da problemática.

---

<sup>1</sup> Segundo CORRÊA (1999), o termo tem o mesmo significado que espaço socialmente produzido.

Foram coletadas também informações de dados secundários em órgãos oficiais e não oficiais do Estado de Mato Grosso e do município em estudo. Nesse sentido, destaca-se: A EMPAER (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural) - escritório local, que forneceu subsídios sobre a assistência técnica executada na área; o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que propiciou os aspectos referentes à localização e caracterização da área. No INCRA, foram obtidos documentos referentes à implantação do Programa Especial de Assentamento no município; e no INTERMAT (Instituto de Terras de Mato Grosso) dados sobre a estrutura fundiária. A PMLRV (Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde) propiciou informações sobre as características sócio-econômicas dos produtores e as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Agricultura.

A segunda fase consistiu no trabalho de campo no município, que foi recortado para este estudo. É preciso salientar que o trabalho de campo não busca legitimar aquilo que já se sabe sobre a realidade em estudo, mas representa a possibilidade de outras revelações do assunto em pauta.

Nesta etapa, utilizou-se a técnica de entrevistas. Elaborou-se um roteiro semi-estruturado e a amostragem procurou contemplar produtores rurais assentados no início do PEA e outros que se instalaram posteriormente.

Dos primeiros assentados, 25 produtores ainda residem na área, mas foram entrevistados apenas seis produtores porque as respostas sobre o histórico do assentamento se tornaram repetitivas, porém suficientes para apreender o



histórico da execução do projeto de colonização. Na escolha destes informantes, utilizou-se a indicação dos próprios produtores, ou seja, um indicava o outro. À medida em que as respostas se tornaram repetitivas, deram-se por encerradas as entrevistas com a categoria. Na mesma etapa, foram entrevistados 14 produtores, instalados posteriormente à execução do projeto, os quais foram selecionados aleatoriamente, usando como critério a área da propriedade que deveria ter menos de 100 hectares.

Foram efetuadas também entrevistas com o Secretário de Agricultura do município, com técnico local da EMPAER, com o vice-presidente da COOPERLUCAS (Cooperativa Lucas do Rio Verde) e com o representante do INCRA em Cuiabá. O roteiro de entrevistas foi previamente elaborado e as questões versaram sobre a produção agropecuária do município e o PEA executado em Lucas do Rio Verde.

Nesta fase, foram enfrentadas dificuldades. A primeira delas diz respeito à distância do município, que fica a 350 Km da capital do Estado. No município, encontrou-se outra dificuldade, a distância das propriedades até o centro urbano e mesmo de uma para outra. Encontrar os primeiros produtores assentados na área, também foi difícil. Muitas vezes, chegava-se na propriedade rural indicada e não se encontrava o proprietário.

A terceira fase da pesquisa consistiu na sistematização, análise e interpretação dos dados coletados, associando-as à realidade nacional.

O trabalho está compartimentado em quatro capítulos. No primeiro, delimita-se o tema fronteira agrícola, e resgata-se o histórico das políticas públicas a partir do início do ciclo militar que difundiu o projeto de modernização tecnológica na agricultura brasileira. Focaliza os mecanismos criados para ocupar e expandir a fronteira agrícola, em regiões que possibilitaram e favoreceram a penetração do capital. Procura-se mostrar que as políticas públicas tinham a meta de propiciar a ocupação de novos espaços, para possibilitar a expansão da modernização agrícola. Este resgate histórico procurou, à luz do passado, entender o presente.

O segundo capítulo faz um resgate da ocupação do norte mato-grossense, procurando ressaltar os tipos de colonização implantados naquele espaço geográfico. Focaliza as empresas que se apropriaram de terras no Estado e as cidades que produziram; mostra ainda as consequências da apropriação capitalista da terra, evidenciada na tomada de terras dos primeiros ocupantes da área.

No terceiro capítulo, com a caracterização geográfica, elucidou-se a execução do PEA em Lucas do Rio Verde. Esta parte mostra o histórico da mobilização em Ronda Alta-RS e a transferência das 203 famílias de produtores rurais sem terra para Lucas do Rio Verde. Evidencia a viagem e a instalação das famílias, suas primeiras dificuldades para se reproduzir num local distante de sua terra natal. Revela os problemas enfrentados com o órgão executor do Projeto, o INCRA, retratando ainda o abandono “forçado” do módulo rural.

O quarto capítulo retrata a organização contemporânea do espaço agrário em Lucas do Rio Verde, a estrutura fundiária, a posse e uso da terra, infraestrutura e tecnologia de produção, financiamentos e assistência técnica. Mostra as dificuldades de reprodução, enfatizando sobretudo aquelas relacionados à comercialização. Neste sentido, destacam-se as frutas, pois o mercado consumidor da área é insignificante. A produção é vendida principalmente em Cuiabá, e pelo fato de muitos não possuírem condução própria, a venda dos produtos vem se constituindo em problema para eles. Outra dificuldade marcante é a falta de financiamento para a produção. Procura elucidar ainda como se organiza o trabalho familiar e a qualidade de vida das famílias que sobrevivem em áreas de assentamento.

## **CAPÍTULO I**

### **O PAPEL DO ESTADO NA EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA**

## 1.1 - Delimitando a fronteira

O debate acadêmico, teórico e conceitual sobre o que vem a ser a fronteira tem sido desenvolvido por muitos cientistas, nacionais e estrangeiros<sup>2</sup>, dos quais se destacam historiadores, sociólogos, antropólogos e economistas. A questão também tornou-se campo de interesse para vários geógrafos brasileiros<sup>3</sup>, que têm no espaço o seu objeto de estudo.

A fronteira vem sendo entendida como uma área distante da região central do país, pouco explorada economicamente e com baixa densidade demográfica, ou seja, subpovoada. Assim, apesar de parcialmente vazia em termos populacionais e distante dos centros econômicos, a fronteira é dotada de potencialidades geoeconômicas e recursos naturais, necessárias para promover uma ocupação definitiva e sua integração ao processo produtivo nacional. GRAZIANO DA SILVA (1982) alerta que uma área distante, vazia do ponto de vista demográfico, não se constitui uma fronteira; ela somente é fronteira do ponto de vista do capital.

VELHO (1981), ao estudar a fronteira (amazônica) evidenciou que esta não é necessariamente um lugar distante dos grandes centros. Por outro lado, FOWERAKER (1981) conceitua a fronteira como pioneira e isto vai ao encontro dos vários ciclos econômicos, a exemplo da borracha, café e açúcar,

---

<sup>2</sup> A fronteira inicialmente foi discutida pelo historiador norte-americano Turner, quando este procurou explicar a expansão do Oeste dos E.U.A. Sobre esta questão, ver MIRANDA (1984) e VELHO (1981).

<sup>3</sup> O geógrafo francês Pierre Monbeig, foi o primeiro a estudar as zonas pioneiras de São Paulo, em 1937; ver MONBEIG (1984). Entre os geógrafos brasileiros que têm discutido a problemática da fronteira, merecem destaque BECKER (1982), MOURA (1983) e MIRANDA (1984).

pelos quais passaram o país. Para este autor, a fronteira tem se expandido em resposta às demandas do mercado e em função da acumulação na economia nacional, desde 1930. Neste sentido, a acumulação na fronteira é determinada pelas relações capitalistas que dominam a sociedade. A realização de colonizações contribuiu para a configuração da expansão da fronteira.

Devido à sua importância no processo histórico, a questão da fronteira pode ser analisada em várias dimensões; mas serão focalizados apenas o movimento e a expansão da fronteira brasileira:

“Desde que tomou pé nos planaltos ocidentais prosseguir a vaga pioneira em sua marcha infatigável, sacudida pelas crises econômicas acelerada às vezes pelo jogo das circunstâncias mundiais. Incessantemente engrossada por elementos novos, a multidão dos plantadores e dos pioneiros não cessou de progredir, mais ou menos depressa, sem fatigar-se [...] Por toda parte traz a paisagem a marca dessa ofensiva contínua, nos restos de florestas que subsistem, sobre os solos talados por essa cultura devastadora [...]. História bem curta, mas que cumpre conhecer, segundo os episódios da marcha pioneira para compreender como se elaborou seu mundo tal como hoje se nos apresenta”. (MONBEIG, 1984:125)

Para VELHO (1982), o incremento demográfico, por si, não explica a expansão da fronteira, apenas atesta a sua existência. FOWERAKER (1981), ao comentar sobre a expressão “fronteira em movimento”, afirma que a habilidade do Brasil em expandir a produção é uma resposta às demandas do mercado interno e externo. A disponibilidade de terras livres e um contingente populacional (capitalista e despossuídos), disposto a ocupá-la e produzir para atender à demanda do mercado, são aspectos fundamentais na expansão da

fronteira. O movimento da fronteira deve ser entendido não em termos das motivações individuais dos migrantes, mas como determinado pelas estruturas econômicas e sociais do Brasil.

O movimento da fronteira pode acabar? Para MONBEIG (1984), pode haver o renascimento das velhas Zonas, com povoamento e retomada da agricultura depois que a marcha pioneira tenha atingido seus limites.

O que significa o fechamento da fronteira? A fronteira se fecha quando não há terras livres para serem incorporadas à produção. Sobre esta questão, GRAZIANO (1982:117) esclarece:

“Não existem terras livres, terras sem dono, e que as fronteiras estão fechadas, desta forma não podendo ser apropriadas por pequenos produtores de subsistência. Há zonas não efetivamente ocupadas, mas onde a terra já representa uma mercadoria que tem preço, e está sujeita ao mecanismos de compra e venda; a terra já não é livre e está submetida a uma apropriação privada que reclama uma definição precisa de sua propriedade jurídica. O fechamento não se dá por uma ocupação no sentido clássico de expansão das áreas cultivadas a partir das regiões mais antigas, onde a produção capitalista substitui a produção de subsistência dos antigos pequenos posseiros, como se deu no sudoeste do Paraná e na região oriental do Maranhão. É pelo contrário, um fechamento ‘de fora para dentro’, onde a terra perde o seu papel produtivo e assume apenas o de ‘reserva de valor’ e de meio de acesso a outras formas de riqueza a ela associadas”.

Para GRAZIANO (1982), a fronteira está fechada. Os indicadores são os focos de tensão e a regularização da propriedade da terra através da expropriação dos pequenos produtores. MARTINS (1981) discorda de GRAZIANO (1982), afirmando que a fronteira não está esgotada nem mesmo

fechada, porque a região de conflitos ainda poderá ser ocupada. Para o autor, sempre houve deslocamentos populacionais da fronteira econômica em razão da expansão da agropecuária.

*“A questão da fronteira aberta ou fechada é uma falsa questão. Considerar a fronteira titulada como fechada é um equívoco. Temos os dados empíricos do projeto Terranova, onde foram assentadas 1.200 famílias de colonos enquanto na reserva florestal do projeto há 2.000 famílias de posseiros [...]. Muitos dos posseiros são filhos dos colonos assentados no projeto.” (CASTRO et alii, 1994:37)*

Mesmo quando a terra em área de fronteira está titulada pode ocorrer ocupação. O movimento de expansão da fronteira é parte do processo de luta dos despossuídos.

MARTINS (1975) faz distinção entre “frente de expansão” e “frente pioneira”. A “frente pioneira” exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões à economia de mercado. Para o autor, o ponto central é a propriedade da terra. Aí ela seria comprada, pois:

*“[...] essa frente se constitui em decorrência da instauração de um estado de insuficiência econômica que se realiza na fronteira econômica pelo incremento demográfico, sem correspondente expansão dos meios de ganhar a vida. Se integra na economia de mercado de dois modos: pela absorção do excedente demográfico que não pode ser contido dentro da fronteira econômica e pela produção de excedentes que se realizam como mercadoria na economia de mercado. Desse modo, a frente de expansão está integrada na formação capitalista. Todavia, as suas relações sociais fundamentais não são determinadas pela produção de mercadorias, pois a apropriação das condições de trabalho, isto é da terra, não se faz com o empreendimento econômico. Por isso a figura central da frente de expansão é a do ocupante ou posseiro”. (MARTINS, 1975:46)*



Como está evidenciado, o que diferencia os dois tipos de frentes, pioneira e de expansão é o modo de apropriação da terra, ou seja, se a terra é simplesmente ocupada ou comprada e vendida como mercadoria. A tipologia usada pelo autor citado tem conotação de mobilidade espacial, terminologia evocada pelos geógrafos.

A frente pioneira significa o avanço social sobre novas áreas, integrando-as à economia de mercado. O novo espaço incorporado socialmente apresenta-se, portanto, como fronteira econômica e esta não coincide com a fronteira demográfica. Para MARTINS (1975:47), “o ponto chave da implantação da frente pioneira é a propriedade privada da terra. Na frente pioneira a terra não é ocupada, é comprada”.

Na frente de expansão, o significado social da terra, para MARTINS (1975:46), é o resultado do “uso privado das terras devolutas, em que estas não assumem a equivalência de mercadoria. Por isso, a figura central da frente de expansão é a do ocupante ou do posseiro”.

VELHO (1982) utiliza o termo fronteira de expansão referindo-se às zonas fisiográficas, dotadas de ocupação. As frentes de expansão foram responsáveis pela povoação do norte e centro-oeste brasileiro. Este autor, ao estudar as diversas frentes que se processaram numa área da Amazônia, coloca que a fronteira não é necessariamente uma área distante dos centros econômicos do país. A frente de expansão é constituída “dos segmentos extremos da

sociedade brasileira que se internavam em áreas não exploradas, e apenas ocupadas por sociedades indígenas” (VELHO, 1982:13).

O autor faz uma análise da sucessão de diferentes frentes que, continuamente, organizam e reorganizam o espaço, conforme as relações de produção e de trabalho. Ele ressalta o significado social da terra e as relações do homem com a natureza na fronteira.

VELHO (1982) ainda reforça que a atuação do Estado na expansão da fronteira agrícola não constitui um dado novo na formação do território nacional, negando inclusive que o crescimento econômico em área de fronteira tenha se dado somente a partir de medidas estatais. Segundo o autor, as medidas públicas não teriam surtido efeito sem a existência dos movimentos sociais que lentamente foram se fortalecendo no país.

Mas é FOWERAKER (1981:11) quem esclarece melhor a questão:

“A fronteira mede o homem em confronto com a natureza e exige o domínio do ambiente físico, que é a base de toda atividade econômica [...]. No seu avanço acarreta igualmente o confronto entre os homens e revela as relações políticas e sociais que freqüentemente permanecem ocultas nos limites da sociedade nacional”.

A fronteira, para BECKER (1982), constitui um campo de captação de forças atraindo população, atividades econômicas, inovações tecnológicas em ritmo crescente. O apoio do Estado com políticas e recursos financeiros mostrou-se fundamental na concretização do processo de expansão e consolidação das regiões de

fronteira no território brasileiro. Entretanto, isto não significa que os interesses capitalistas privados não tenham influenciado o poder público.

## **1.2 – A fronteira agrícola e suas funções**

Na análise da expansão e movimento da fronteira, fica evidente que se trata de um deslocamento de força de trabalho das áreas centrais, onde se dá a acumulação do capital para as áreas periféricas.

No Brasil, historicamente, foram ocupadas dois tipos de fronteira: a agrícola e a extrativa<sup>4</sup>. Este item do trabalho não tem a pretensão de resgatá-los e sim focalizar as funções da fronteira agrícola, nos planos: econômico, social e geopolítico (política e ideológica).

Na função econômica, a fronteira agrícola cumpriu o papel de mercado regulador de alimentos e gêneros de primeira necessidade para abastecer o mercado interno. Contribuiu também à produção em grande escala, ou seja, para a implementação de monoculturas voltadas ao abastecimento do mercado externo, através da incorporação de novos espaços de produção (REDWOOD, 1982).

A fronteira possibilita a realização e reprodução da sociedade capitalista. Esta instala-se como empreendimento econômico representado por diversas empresas: imobiliárias, que compram, vendem, loteiam terras, casas comerciais e transportadoras de mercadorias, redes bancárias que financiam a produção e comércio.

---

<sup>4</sup> Sobre a fronteira extrativa, ver o trabalho de REDWOOD (1982), onde o autor conceitua e mostra a expansão das áreas de fronteira extrativa que foram expandidas no país.

Na função social, a fronteira serviu como válvula de escape para resolver problemas relacionados à questão da terra. Ela funciona como uma espécie de orientadora dos fluxos migratórios, pois para a fronteira se dirigiram boa parte das famílias de produtores expropriados do campo. A fronteira representou, para os trabalhadores expropriados, a oportunidade de recomeçar a vida, pois a existência de terras desocupadas deu margem à ocupação. Os produtores que migraram para áreas de fronteira eram originários de lugares onde o capital se expandiu na agricultura.

A partir das últimas décadas, com o processo de modernização tecnológica da agricultura brasileira, um grande contingente de trabalhadores abandonou ou foi expulso do campo. As dificuldades de trabalho nos centros urbanos, assim como nas áreas metropolitanas e a impossibilidade de acesso ao trabalho assalariado, rural ou urbano, levou-os a procurar outras formas de vida. As áreas de fronteira surgiam como uma “alternativa de vida melhor”.

Na função geopolítica, a fronteira agrícola serviu para inibir a interferência externa no país. No caso da Amazônia, os governos militares utilizaram-se de uma estratégia geopolítica<sup>5</sup> para explorar os recursos naturais, através de grandes empresas, nacionais e multinacionais.

---

<sup>5</sup> Para BECKER (1982), no passado, a conotação militarista em que o meio físico determinava a ação do homem impossibilitou a contribuição da geografia, que se esquivou das discussões políticas.

Assim, pós meados de 60, no contexto de lutas sociais, algumas antigas e a maior parte associada aos impactos provocados pela mudança tecnológica na agricultura, o capitalismo se expande para Amazônia, área considerada fronteira. O capital determinou não só as formas básicas de ocupação (oficial ou particular, espontânea ou dirigida) mas também as relações de produção. Isto se concretizou através de colonizações, viabilizadas pelo Estado, cujos fatos estão claramente explícitos nas políticas de sucessivos governos.

### **1.3 - As políticas públicas e a ocupação da fronteira agrícola no Brasil - 1960/80**

Durante a vigência do regime militar (1964 até 1984), todos os esforços públicos foram empreendidos para povoar a fronteira agrícola no Brasil e impedir o crescimento das lutas sociais no campo. O Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1966) marcou seu governo com a promulgação da Emenda Nº 10 (10/11/64), que alterou a forma de desapropriação de terras.

Este ato demonstra a preocupação do governo em proteger os proprietários de terra, resguardando-os de possíveis perdas econômicas. Além disso, com as novas regras implementadas, as terras públicas, com área superior a três mil hectares, só poderiam ser negociadas com autorização do Senado Federal. Tal fato atingiu o Estado de Mato Grosso, pois o governo do Estado havia recebido autorização para vender, no município de Aripuanã (município indígena), cinco áreas de 200 mil hectares. Esta questão será abordada em maiores detalhes no segundo capítulo.

Logo após a divulgação da Emenda anteriormente citada, foi promulgado o Estatuto da Terra (Lei n. 4.505, de 30/11/1964), lei agrária que vigora ainda hoje no Brasil. O Estatuto da Terra<sup>6</sup> devia legislar sobre a questão agrária, com destaque à Reforma Agrária e ao desenvolvimento da agricultura<sup>7</sup>.

Mas, embora não estivesse explícito, o Estado não tinha como fazer a reforma agrária e sim propiciar condições para que o capitalismo penetrasse na agricultura, o que só seria possível através dos médios e grandes produtores rurais. Nesse sentido, para implementar o desenvolvimento rural, o Estado optou pela modernização tecnológica da agricultura, incorporando no processo não só regiões agrícolas tradicionais, mas também novos espaços, até então áreas de fronteira agrícola.

Para executar as normas estabelecidas na Lei, o SUPRA<sup>8</sup> (Superintendência de Reforma Agrária) foi substituído pelo INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário), que se tornou o órgão executor da colonização oficial, direcionando e fiscalizando as atividades colonizadoras públicas ou particulares.

---

<sup>6</sup> Segundo MARTINS (1985), o Estatuto foi encaminhado pelo Ministro do Planejamento Roberto de Oliveira Campos, foi planejado pelo IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), e contou com o apoio de empresários e militares.

<sup>7</sup> Ver FERNANDES (1996). O autor mostra que o Estatuto da Terra não permitiu o acesso à terra para os produtores rurais descapitalizados e que utilizam a mão-de-obra familiar. O Estatuto foi um instrumento para desmobilizar as lutas sociais no país.

<sup>8</sup> O relatório VELLOSO, elaborado com base na Comissão Parlamentar de Inquérito, fez denúncias de corrupção, grilagens e venda de terras a estrangeiros. O SUPRA (11/10/1962) havia sido criado por João Goulart para executar a Reforma Agrária, ficou limitado à entrega de títulos de propriedade em núcleos emancipados (Oliveira, apud FERNANDES, 1996).

O Estatuto da Terra<sup>9</sup>, na realidade, favoreceu o capital em detrimento do trabalho a medida em que beneficiou aos grandes produtores. Neste contexto, foram criados mecanismos para expandir e ocupar a fronteira agrícola. Em nenhum momento houve preocupação do Estado com produtores marginalizados da estrutura agrária vigente no país. Estes serviram como “viveiros de mão-de-obra” para os projetos do Estado e do capital.

O problema agrário do país passou a ser resolvido em conjunto com o desenvolvimento do capitalismo, fortalecendo economicamente a grande empresa rural. Nesse sentido, os produtores que não tinham aptidões empreendedoras foram excluídos do modelo agrícola que contou com a sustentação política e econômica do Estado.

A modernização introduzida no campo brasileiro, com o apoio decisivo do Estado, foi extremamente conservadora, uma vez que os seus benefícios foram direcionados para atender aos interesses dos grandes produtores. Implantou-se, no país, um “novo padrão agrícola”, o qual estava assentado no uso de equipamentos moto-mecânicos (tratores, colhedoras, ordenhadeiras mecânicas e outros maquinários), além de insumos químicos e biológicos (sementes selecionadas, fertilizantes, antibióticos e vacinas para animais, agrotóxicos, corretivos e defensivos). Este processo também se refletiu em outros setores da economia, provocando mudanças significativas. Algumas merecem destaque:

---

<sup>9</sup> MARTINS (1985) coloca que o Estatuto foi aplicado em benefício dos interesses econômicos e contra os trabalhadores rurais, privilegiando o desenvolvimento da empresa rural. Sua função foi controlar os conflitos agrários gerados pela concentração fundiária em consequência da modernização agrícola; nesse sentido, serviu como uma válvula de escape aos proprietários rurais pobres.

aumento e melhoria das vias de transportes, transformações na comercialização dos produtos agrícolas, criação ou modernização de cooperativas e/ou agroindústrias; aumento do crédito subsidiado, mudanças nas relações de emprego e na estrutura de classes no campo. Neste rol de transformações, o modelo modernizante da agricultura contribuiu para o aumento das desigualdades sociais (GRAZIANO DA SILVA, 1982).

Segundo FERNANDES (1996), com a modernização, intensificaram-se os confrontos entre trabalhadores rurais e capitalistas, o que resultou na exclusão de grandes contingentes de trabalhadores. Com a perda das terras em que trabalhavam, a alternativa foi submeter-se às várias formas de exploração em grandes propriedades rurais ou então migrar para os centros urbanos à procura de melhores condições de vida. De uma forma ou de outra, seja no campo ou na periferia das cidades, a questão social se agravou e coube ao governo a tarefa de encontrar solução para o problema.

Neste contexto, ocorreu a abertura da fronteira para a implantação de colonização agrícola, como a forma de atenuar o problema social. Os projetos de colonização para a ocupação da fronteira visavam acomodar grupos de pequenos produtores, expulsos de “regiões críticas” com estruturas disparitárias, como o Nordeste; mas o alvo alcançava os agricultores expulsos pelos problemas sociais decorrentes da modernização da agricultura nas regiões Sul e Sudeste. A “solução” da crise social estava associada aos interesses de expansão capitalista



do meio rural. Além disso, a fronteira também se apresentava como *locus* espacial para realização do capital.

A expansão capitalista em área de fronteira inicialmente se concretizou na forma de colonização dirigida ou espontânea. A colonização espontânea que ocorre na fronteira é aquela realizada pelo pequeno produtor e, principalmente, pelo posseiro. Este tipo de colonização geralmente não é reconhecida pelos órgãos públicos.

O Estado adotou como princípio a política de colonização dirigida. Desta forma, abriu espaço aos latifundiários, empresários e até mesmo aos grileiros, no processo de ocupação de terras. Neste contexto, o produtor rural não pode ser visto como uma figura desvinculada do capitalismo, mas como parte integrante dele.

A colonização dirigida, por sua vez, divide-se em oficial<sup>10</sup> ou particular. A primeira é coordenada diretamente pelo Estado, através de órgãos de colonização. E a segunda é feita por empresas privadas de colonização.

A colonização foi um instrumento utilizado para ocupar as áreas de fronteira e não mexer na estrutura agrária vigente no país. O Estatuto da Terra estabelecia ainda quais as áreas que prioritariamente deveriam ser utilizadas no processo de colonização, ficando assim definidas: áreas inexploradas; áreas próximas aos grandes centros de consumo; áreas de êxodo próximas aos eixos

---

<sup>10</sup> Sobre a colonização oficial, ver o trabalho de PRETI et alii (1994), que versa sobre a colonização oficial em Mato Grosso.

rodoviários; áreas reservadas à colonização estrangeira; áreas de fronteira econômica.

No processo, a colonização oficial empreendida pelo Governo Federal, ofereceu, pelo menos no papel, a infra-estrutura básica, como expressa este artigo:

“Na colonização oficial, o poder público tomará a iniciativa de recrutar e selecionar pessoas ou famílias, dentro ou fora do território nacional, reunindo-as em núcleos agrícolas ou agroindústrias, podendo encarregar-se de seu transporte, recepção, hospedagem e encaminhamento, até a sua colocação e integração nos respectivos núcleos.” (Art. 55 do Estatuto da Terra)

Após algumas experiências de colonização oficial, o Estado abriu a possibilidade para que empresas privadas pudessem também atuar em projetos de colonização. Além da oportunidade de ingressar no ramo, elas beneficiaram-se da infra-estrutura que havia sido construída pelo poder público.

Na colonização particular, o Estado fez das empresas um instrumento para executar os projetos, subordinando-as às suas políticas e fortalecendo-se, na medida em que tornava a empresa privada parte de seu próprio aparelho executivo. As empresas colonizadoras são executoras de projetos, que receberam o apoio do Estado através de órgãos burocráticos. Elas deveriam atuar na produção, comercialização e circulação de produtos no mercado nacional.

Durante o regime militar, as empresas colonizadoras emergiram numa relação de intermediárias entre o Estado e a agricultura. Isto se configurou em meio a muitas contradições impostas pelo modelo de modernização agrícola vigente no país. É preciso salientar que a colonização foi uma estratégia rápida que o Estado encontrou para ocupar a fronteira amazônica e não fazer a Reforma Agrária (SANTOS, 1993).

Para dar suporte econômico aos projetos agropecuários foi criado o BASA (Banco da Amazônia - Lei 5.122, de 28/09/1966). Em seguida, foi delimitada a Amazônia Legal (Lei Complementar Nº 31, de 27/10/1966), que incluía a área do Estado de Mato Grosso, além dos Estados do Amazonas, Pará, Acre, uma parte do Maranhão e de Goiás (ao norte do Paralelo 13), Rondônia, Roraima e Amapá.

No mesmo processo, foi instituída a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), em substituição ao SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia), que também tinha como objetivo dar suporte aos grandes projetos agropecuários, com a seguinte justificativa:

“Os problemas com que se defronta o Nordeste emanam de fatores próprios, tais como as pressões sociais geradas em uma região de solo e clima adversos, onde agita uma população. Já na Amazônia, os traços dominantes do seu meio físico estão contidos na exuberante cobertura florestal e no emaranhado de grandes rios que a cortam; [...] e seus escassos 3 milhões de habitantes não alcançam, sequer a densidade demográfica de 1 por Km<sup>2</sup>.” (Oliveira Apud FERNANDES, 1996:34)

O discurso usado pelo governo militar no poder para justificar os seus mega planos, destacava a necessidade de integrar a Amazônia para não entregá-la<sup>11</sup>. Esta questão seria viabilizada por projetos de colonização (Decreto nº 59.428) os quais definiam como colonização,

“toda atividade oficial ou particular destinada a dar acesso à propriedade de terra e a promover seu aproveitamento econômico, mediante exercício de atividades agrícolas, pecuárias e agroindústrias, através da divisão em lotes ou parcelas, dimensionados de acordo com as regiões definidas na regulamentação do Estatuto da Terra, ou através das cooperativas de produção nelas previstas.” (Art. 5, Estatuto da Terra)

As empresas que se instalaram na fronteira usufruíram de uma série de benefícios, destacando-se principalmente o financiamento parcelado de terras. Mas algumas nunca pagaram o que receberam. As particularidades desta questão serão tratadas no segundo capítulo.

De qualquer forma, a partir daquele momento, várias cooperativas passaram a desenvolver projetos de colonização na Amazônia. A questão agrária foi encaminhada como solução econômica e social. O governo de Castelo Branco não alterou o direito à propriedade, porém, seu projeto político acenava para alívio das tensões sociais no campo.

O Marechal Arthur da Costa e Silva (1967 a 69) destaca sua gestão pela demarcação de uma metodologia para a colonização particular. No ano de 1968, uma missão da FAO veio ao Brasil para estudar os motivos que impediam as

---

<sup>11</sup> Ver OLIVEIRA (1988). O autor procura mostrar o esforço dos governos militares para integrar a Amazônia à

medidas de reformulação agrária no país, detectando a importância de um órgão para encaminhar a reforma agrária. Assim, foi criada o GERA<sup>12</sup> (Grupo Executivo da Reforma Agrária), que não propôs nenhuma mudança na estrutura fundiária.

A competência para execução da colonização, até então sob a responsabilidade do INDA, passa a ser do IBRA (Instituto Brasileiro da Reforma Agrária), cuja intervenção aconteceu em virtude de problemas de corrupção agrária envolvendo funcionários do governo (MARTINS, 1985).

No governo do General Emílio Garrastazu Médici (1969 a 1974), foi instituído o PIN (10/06/1969). Com este plano, foram criados projetos para deslocar a fronteira agrícola, tais como o PAR, PAC, PA, PIC e o PEA, que será objeto de análise do terceiro capítulo deste trabalho. O PIN tinha como objetivos:

“a) deslocar a fronteira [...] agrícola, para as margens do Rio Amazonas [...]; b) criar condições para incorporar à economia de mercado tanto no sentido da capacidade de produção como no sentido de poder aquisitivo amplas faixas da população, antes dissolvidas na economia de subsistência, condenadas à estagnação e à perpetuação de um drama social intolerável; c) estabelecer as bases para efetiva transformação da agricultura da região semi árida do Nordeste; d) reorientar a migração de mão-de-obra do Nordeste em direção aos vales úmidos da própria região e à nova fronteira agrícola, evitando-se a sua transferência para as áreas das metrópoles superpovoadas do Centro-Sul”. (SANTOS, 1993:50)

---

economia nacional, mas na realidade estava permitindo um saque nesta vasta riqueza natural.

<sup>12</sup> O GERA estava atrelado ao Ministério do Interior. O Coronel Costa Cavalcanti era o responsável por este órgão e disse em Porto Alegre que “a reforma agrária vai manter a atual estrutura fundiária, pois a política do governo é a de realizá-la sem divisões de terra” (MARTINS, 1985).

O PIN deu uma conotação social às políticas implantadas, através das médias e pequenas propriedades agrícolas, constituídas por produtores do Nordeste. Entretanto, as metas propostas não foram totalmente atingidas. De acordo com CASTRO et alii (1994), pretendia-se assentar 100 mil famílias na Rodovia Transamazônica até 1974, e um milhão de famílias até 1980.

O presidente Médici dizia que era preciso levar o homem sem terra do Nordeste para a terra sem homem da Amazônia. E não foram poupados esforços para a divulgação desta campanha geopolítica, sendo amplamente difundida nos principais meios de comunicação: TV, rádio, jornais, revistas, etc. Para colocar o PIN em prática, foram implementados vários projetos de infra-estrutura, com destaque para a construção de grandes rodovias, a exemplo da Belém-Brasília e da Transamazônica. Esta última foi construída de 1971 a 1973 (4.545 Km de extensão) e grande parte desta rodovia passava pelo Oeste do Vale do Araguaia, atravessando terras até então desconhecidas, com trechos acidentados, como os existentes entre os rios Anapu e Pacajá, no Pará, e entre os rios Jacareacanga, no Tapajós, e Prainha, no Aripuanã. Porém, a despeito de todas as dificuldades encontradas no percurso, as terras foram abertas para tráfego até a cidade de Rio Branco, no Acre (VALVERDE, 1989).

Além das rodovias anteriormente citadas, também foi construída a Cuiabá-Santarém (BR 163), ao longo da qual foram implantados a maioria dos projetos de colonização em Mato Grosso, com destaque para o município de Lucas do Rio Verde, que será focalizado posteriormente.

Concomitantemente à construção das rodovias, foi realizado um levantamento cartográfico da Amazônia, através do Projeto RADAM (Radar da Amazônia), trabalho este que contou com a participação de vários pesquisadores, inclusive geógrafos.

É preciso destacar que, historicamente, a Amazônia sempre foi povoada por populações indígenas<sup>13</sup>, posseiros e camponeses. Além disso, a região apresenta um grande potencial de recursos, cuja riqueza era “objeto de cobiça” pelo capital nacional ou internacional.

Considerando as potencialidades econômicas do território brasileiro, para que o capitalismo pudesse se expandir, teve continuidade a elaboração de políticas públicas através do Decreto Lei N° 1.110, de 09 de julho de 1970, que criou o INCRA<sup>14</sup>. Este órgão vinculou-se ao Ministério da Agricultura e sua finalidade era substituir e assumir as funções do IBRA e do INDA. A partir daí, o INCRA passou a coordenar todas as ações ligadas à forma de apropriação da terra, e para isso, recebeu as seguintes atribuições:

“a) promover e executar a reforma agrária visando a corrigir a estrutura agrária do país, adequando-se aos interesses do desenvolvimento econômico e social; b) promover, coordenar, controlar e executar a colonização; c) promover o desenvolvimento rural através da coordenação, controle e execução preferencialmente das atividades de cooperativismo, associativismo e eletrificação rural” (SANTOS, 1993:51).

---

<sup>13</sup> A esse respeito ver CASTRO et alii (1994), que discorre sobre uso do território por tribos indígenas, que usavam o território para funções distintas, tais como: a caça, a pesca, roça, cerimônias e migrações.

<sup>14</sup> Mais tarde, passou para o Ministério do Interior e depois ao Ministério de Planejamento e, em 1985, com a Nova República, o INCRA vinculou-se ao MEAF, que foi extinto em outubro de 1987, no governo Sarney. Naquele momento, suas ações foram transferidas para o Inter (Instituto Jurídico das Terras Rurais) e, em 1989, foi reativado através do Decreto N° 02.

Em 1971, para contribuir com a estratégia de integração, foi criado o PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste), que serviu tão-somente para aumentar a concentração de terras no território brasileiro.

Os Projetos de colonização na Amazônica Legal deveriam ser implantados em terras devolutas situadas nas faixas de 100 Km de largura em cada um dos lados das rodovias existentes ou projetadas para a área.

É preciso destacar que essa área que correspondia a 100 quilômetros de cada lado das rodovias compreendia a uma parte considerável do território brasileiro, e estava sob a administração do Conselho de Segurança Nacional. A medida demonstra o que MARTINS (1985) chamou de “Federalização das terras brasileiras”, ou seja, inegavelmente uma ação geopolítica ousada.

Os trechos da Amazônia com área em Mato Grosso destinados a este propósito, segundo dados do MEAF (1983), foram os seguintes: A BR 364, a que correspondia o trecho: Cuiabá-Vilhena - Porto Velho (1.400 km); a BR 163, correspondendo ao trecho: Cuiabá - Cachimbo - Santarém - Alenquer - Fronteira com a Guiana Francesa (914 km); e a BR 158, que correspondia aos seguintes trechos: Barra do Garças - Xavantina - São Félix do Araguaia - Altamira (1.600 km) (MEAF, 1983).

A política governamental procurou direcionar os trabalhadores rurais mais para fora do que para dentro do campo. Neste sentido, ela contribuiu para promover a expansão da grande empresa capitalista.



No governo Geisel (1974-78), a colonização oficial recuou, mas, em contrapartida, expandiu-se a particular na Amazônia. A criação do POLAMAZÔNIA (Programa de Polós Agropecuários e Agrominerais da Amazônia), em setembro de 1974, teve como objetivo mapear e aproveitar o solo da Amazônia. A agricultura deixou de ser vista apenas como abastecedora do mercado interno, ela também passou a suprir o comércio externo e, com isso, passou a desempenhar função de geradora de divisas para o país.

A partir de 1976, o INCRA regulariza a participação das Cooperativas agropecuárias, nos Programas de colonização na Amazônia. Um exemplo é a experiência iniciada em 1971 pela COOPERCOL (Cooperativa de Colonização 31 de março), no município de Tenente Portela, no Rio Grande do Sul. Esta cooperativa recrutou pequenos produtores para integrarem o projeto de colonização oficial em Altamira, na rodovia Transamazônica, bem como foi ela que organizou o Projeto Canarana, em Barra do Garças-MT<sup>15</sup>.

Os programas do governo, naquele momento, fortaleceram os projetos de colonização particular. Para apoiar a mobilidade do capital, o Estado passou a estimular e organizar a migração. A mão-de-obra que instalou-se na Amazônia legal, era oriunda não só do Nordeste, como também do Sul, onde se intensificavam os conflitos sociais.

---

<sup>15</sup> A respeito, ver SANTOS (1993), que fez um estudo detalhado sobre a colonização de Canarana-MT, coordenada pela COOPERCOL, que mais tarde cria a COOPERCANA, que por sua vez vai coordenar a Colonização Terranova-MT, hoje município emancipado.

No final da década de 60, a Igreja Católica passou a apoiar as lutas sociais agrárias. Neste contexto, foram criadas as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), que passaram a lutar na defesa das classes desfavorecidas e contra a política de desenvolvimento agropecuário que imperava no país (FERNANDES, 1996). Posteriormente, a Igreja Católica passou a empenhar-se no processo global da Reforma Agrária, criando a CPT (Comissão da Pastoral da Terra), que está ligada à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Desde então, multiplicaram-se as ações da CPT junto aos trabalhadores rurais e elas alcançaram os sem terra do sul do País (SANTOS, 1993).

No governo do General Figueiredo, o último presidente do regime militar (1979-1984), teve continuidade o sistema de colonização particular em conjunto com o INCRA, na Amazônia legal. É importante salientar que a crise social se fortalecia no sul do país. Naquele período, surgiu o primeiro acampamento organizado dos trabalhadores rurais sem terra, nas reservas indígenas Macali e Brilhante, município de Ronda Alta, no Estado do Rio Grande do Sul, fato que chamou a atenção da sociedade brasileira.

Segundo MARTINS (1985), no período de 1969 a 1981, foram elaborados 124 Decretos de desapropriações de terras para fins da Reforma Agrária. Entretanto, as desapropriações foram poucas (menos de 08/ano) contrastando com o número de conflitos, que foram de aproximadamente 70/ano.

Em agosto de 1982, foi criado o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários (MEAF), assumido pelo General Danilo Venturini, com o objetivo de cuidar dos assuntos relativos ao uso da terra.

A história mostra que, nas décadas de 70 a 80, as áreas de fronteira foram ocupadas definitivamente pelo capital. A abertura de estradas facilitou o deslocamento da massa trabalhadora formada por produtores rurais, os quais se transformaram, na maioria das vezes, em viveiros de mão-de-obra dos grandes projetos agropecuários. As relações sociais que se desenvolvem na fronteira não são novas, e sim o espaço, pois buscam-se velhas formas de ocupação de novas áreas. O papel do Estado na ocupação da fronteira fica bem evidenciado: embora ele apareça mediando a luta pela terra, em qualquer nível, tende a estar muito mais a serviço do capital, do empresário e dos grandes negócios<sup>16</sup>.

A partir do momento em que o capitalismo penetrou no campo brasileiro, via modernização do processo produtivo, aí inseridas as áreas de fronteira, várias categorias passaram a se confrontar<sup>17</sup>, pois o capital não contribui apenas para o aumento da concentração fundiária, mas ele se apodera também do próprio trabalho do produtor rural.

De um lado, este processo favoreceu a expropriação e a introdução do trabalho assalariado (bóia-fria) no campo brasileiro. Mas, por outro lado, observa-se que, contraditoriamente, permanecem relações não capitalistas, como

---

<sup>16</sup> Ver OLIVEIRA (1983), que analisa a ocupação da fronteira do Alto Turi no Maranhão e a exploração do campesinato.

a parceria, o trabalho familiar e o campesinato<sup>18</sup>, fato comum em área de fronteira.

Mesmo assim, a partir da expansão dos projetos de colonização, o espaço da Amazônia e Mato Grosso, em particular, foi alvo de penetração e expansão capitalista, integrando-se ao sistema produtivo nacional.

A ação capitalista e os reflexos no espaço rural mato-grossense serão focalizados no próximo capítulo. “A história não é um patrimônio do Estado, é patrimônio do povo. É processo, é movimento que retém, num desenrolar tenso, ação de todos e não só de alguns” (MARTINS, 1991:117).

---

<sup>17</sup> MARTINS (1985) coloca que o capital, ao se apoderar da agricultura, destrói as bases do trabalhador rural, que resiste contra a sua exclusão da terra e sua expropriação.

<sup>18</sup> Sobre campesinato, ver OLIVEIRA (1997) e MARTINS (1981), autores de renome nacional que defendem a tese da existência do campesinato no Brasil.

## **CAPÍTULO II**

### **A TRANSFORMAÇÃO ESPACIAL NO NORTE MATO-GROSSENSE A PARTIR DA EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA**

*“Colonização não se faz com a nata mas com a borra da sociedade”*

(Luiz A. Piazzon, vice presidente da Cotrel, Apud CASTRO et alii:1994)

## 2.1 – A gênese dos projetos de colonização no norte de Mato Gross

A ocupação da fronteira através da colonização de Mato Grosso teve início quando Getúlio Vargas (1951-54) promoveu a famosa “Marcha para o Oeste”, ocasião em que foram criadas as primeiras colônias agrícolas no Estado. Porém, a marcha para o oeste brasileiro foi diferente da que ocorreu nos Estados Unidos da América. No Brasil, como observa MARTINS (1991), era pioneiro quem chegasse primeiro aos cofres públicos. Em 1943, através do Conselho de Imigração e Colonização, foi fundada a colônia agrícola de Dourados. Inicialmente, esta colônia ficava localizada no sul de Mato Grosso, mas, em função da divisão territorial efetuada neste Estado (que teve sua área dividida em dois territórios distintos em 1977<sup>19</sup>), Dourados tornou-se um dos municípios mais expressivos do recém-criado Estado de Mato Grosso do Sul.

Tanto a Expedição Roncador Xingu quanto a Fundação Brasil Central (1943) foram criadas por Getúlio Vargas. A Fundação Brasil Central tinha a função de implantar núcleos populacionais nos pontos indicados pela Fundação Roncador Xingu, que também contribuíram para a ocupação do espaço norte mato-grossense. Inicialmente, essa expedição tinha como finalidade básica preencher as áreas desocupadas do Araguaia e do Xingu, mas, posteriormente, esse processo teve seu campo de ação estendido até atingir a cidade de Manaus, no Amazonas. Estas áreas não estavam totalmente vazias em termos

---

<sup>19</sup> Através da Lei Complementar nº 31, de 11/10/77. A divisão, porém, só foi efetivada em 1979.

demográficos, uma vez que eram habitadas por um número expressivo de garimpeiros e pequenos produtores rurais, que viviam basicamente do extrativismo e por várias nações indígenas. A partir do momento em que começaram a ser implantados projetos de ocupação dessas áreas, iniciaram os conflitos pela posse da terra. Paralelamente, acentuou-se a proliferação da pobreza, pois a população local acabou perdendo as características de produção e de consumo que lhes eram próprias, sendo envolvidas pela expansão do capital em todas as suas formas de exploração.

No entanto, foi a partir da década de 70 que se intensificou a política de colonização no estado de Mato Grosso. Com as políticas públicas favorecendo a expansão da fronteira agrícola, esta área tornou-se palco para a implantação de muitos projetos de colonização, tanto oficial quanto particular. A preferência por Mato Grosso justificava-se não só pelo fato desse Estado conter grandes extensões territoriais, parcialmente vazias em termos demográficos, favorecendo o acesso à terra, mas também porque apresentava as condições físicas propícias para o desenvolvimento das atividades inerentes ao setor agropecuário.

Assim, no início da década de 70, começaram a ocorrer e ser implantados projetos de colonização oficial e particular através dos quais, paulatinamente, as áreas consideradas vazias, até então, cederam espaço para o assentamento de grandes contingentes populacionais.

No Brasil, através do INCRA, o Estado também foi um dos agentes de colonização. A política de colonização, segundo MARTINS (1991), é

subordinada a uma política fundiária para atender os interesses do capital. Neste sentido, os objetivos de atender o social foram violados com o fortalecimento da colonização particular em detrimento da colonização oficial, como expõe o pensamento de MARTINS (1991:107):

*“A terra é, por isso, encarada como um bem coletivo, destinado ao serviço e ao trabalho do homem. A terra não deve ser um meio para escravizar o homem, mas um meio para libertá-lo da opressão, da fome, da injustiça”.*

Ao promover a abertura da fronteira mato-grossense, o Estado tinha dois objetivos bem claros: o primeiro era oferecer condições para ampliar os limites de atuação e desenvolvimento do capital e o segundo era amortizar os focos de conflitos no campo, como por exemplo a guerrilha do Araguaia, que ocorreu entre 1972 e 1975<sup>20</sup>.

Assim, conforme já referido no capítulo anterior, como forma de assegurar o cumprimento das metas propostas, o Governo Federal determinou que todas as terras devolutas que ficassem localizadas às margens das rodovias federais, a uma distância de 100 km de cada um dos seus lados, deveriam ser colocadas à disposição da União para serem utilizadas em projetos de colonização.

---

<sup>20</sup> Esta guerrilha ocorreu especificamente na Serra das Andorinhas, em área fronteiriça do Pará e Goiás, onde foram implantados os primeiros projetos com subsídios da SUDAM (MARTINS, 1991).



Entre as rodovias atingidas por esta política, pode-se destacar algumas de maior expressão, como por exemplo a Transamazônica, às margens da qual pretendia-se assentar aproximadamente 100.000 famílias, que seriam transferidas da região nordeste do país, as quais tinham sido afetadas por problemas relacionados à seca. Outra importante rodovia que merece destaque é a BR 163 (Rodovia Cuiabá-Santarém), construída pelo 9º BEC (Batalhão de Engenharia e Construção) e que possuía aproximadamente 800 Km de extensão, ligando Cuiabá à Base Aérea do Cachimbo<sup>21</sup>.

A BR 163 foi construída em meio a muitas dificuldades. Durante a realização dos trabalhos, parte dos operários responsáveis pela obra iam na frente abrindo picadas na mata e fazendo os serviços topográficos para indicar o rumo que a rodovia deveria seguir. Nas mediações do Rio Peixoto de Azevedo, o traçado da estrada cruzava o território habitado por um grupo indígena da nação dos Kreen-akarôre<sup>22</sup>; aí ocorreu confronto entre os índios e os trabalhadores, uma vez que a rota original da rodovia não foi desviada. A este confronto somou-se outro agravante, ou seja, vários grupos de garimpeiros (que procuravam minas de ouro) e muitas famílias de pequenos agricultores sem terra que acompanhavam a abertura da rodovia também passaram a disputar o espaço, até então soberano da referida nação indígena (PRETTI, 1993).

---

<sup>21</sup> No ano de 1973, esta BR alcançou o Km 642, local onde a empresa colonizadora INDECO já havia iniciado a construção dos 150 Km de estradas necessárias para atingir a cidade de Alta Floresta.

<sup>22</sup> Sobre a pacificação desta nação indígena, ver o trabalho de PRETTI (1993).

Na tentativa de resolver o conflito, entraram em cena sertanistas, os irmãos Cláudio e Orlando Villas-Boas, que iniciaram um trabalho voltado a realizar uma aproximação pacífica com os Kreen-akarôre. Porém, com muita paciência e superando várias dificuldades, conseguiram a aculturação dessa nação indígena, e posteriormente foi providenciada a sua transferência para o Parque Nacional do Xingu.

Os Decretos Leis nº 1.164/74 e 1.414/75 colocaram sob a tutela da União mais de 60% das terras situadas em Mato Grosso, inviabilizando seu ordenamento pelo Estado (MORENO, 1994). É importante ressaltar que, além disso, o Estado de Mato Grosso esteve impossibilitado de controlar a distribuição/redistribuição das terras no Estado, uma vez que o D.T.C (Departamento de Terras e Colonização)<sup>23</sup> foi fechado de 1966 a 1978, justamente no período de implantação de grandes projetos agropecuários e de colonização.

Segundo FERREIRA et alii (1999), com o afastamento do Estado nos negócios fundiários, coube aos cartórios de Notas e Fé pública a responsabilidade de regularizar os títulos em litígio. Doze anos após o fechamento do DTC, criou-se o INTERMAT, que passou a gerenciar a questão da terra, graças à instituição de Leis, Decretos e Regulamentações, que são dispositivos legais para sanar os problemas fundiários.

---

<sup>23</sup> Este Departamento foi criado em 1946, em substituição à Diretoria e Obras, criada em 1902, a qual tinha como objetivo coordenar a aquisição de terras (MORENO, 1994).

A distribuição de terras, que ocorreu naquele momento, no Estado de Mato Grosso, privilegiou uma fração da classe capitalista. É claro que a condição básica necessária, para que pudesse ocorrer o assentamento de trabalhadores rurais sem terra era que houvessem terras disponíveis para serem utilizadas na implantação dos projetos de colonização. Segundo FERREIRA et alii (1999), a consolidação de empresas agropecuárias é a base do desenvolvimento agrícola e isto ocorreu graças às políticas públicas que possibilitaram a compra e venda irregular de terras.

## **2.2 – Os projetos de colonização e as transformações territoriais em Mato Grosso 1979/80**

De acordo com OLIVEIRA (1997), o território mato-grossense abrigou cerca de 90% dos projetos de colonização executados no país. Este elevado percentual representa uma clara preferência do Governo Federal pela implantação de projetos de assentamentos naquele Estado, onde se desenvolveram vários tipos de colonização, oficial e particular, além de várias cooperativas que atuaram em parceria com o INCRA.

Em 1973, o governo de Mato Grosso solicitou ao Governo Federal<sup>24</sup> autorização para efetivar a venda de 2 milhões de hectares de terras no município de Aripuanã, localizado ao norte do Estado. Estas terras deveriam ser

---

<sup>24</sup> Em 1946, a Constituição previa desapropriar área de 10 mil hectares; em 1967, 3 mil hectares e, em 1988, 2.500 hectares. Somente o Governo Federal poderia autorizar a venda desse equivalente de área.

utilizados para implantação de projetos de colonização, por empresas particulares.

Este município, como o próprio nome sugere, era ocupado por uma população predominantemente indígena. A política de colonização adotada para a ocupação de novas áreas baseava-se em questões de ordem política e técnica, não levando em consideração os problemas sociais que poderiam ser gerados. No caso específico de Aripuanã, não houve preocupação e nem o compromisso de respeitar as nações indígenas que lá habitavam. Os índios foram expulsos e transferidos para parques e reservas. Uma das cláusulas do contrato firmado entre o governo e as empresas colonizadoras que iriam ocupar aquela área estabelecia um prazo de 05 anos para que realizassem a implantação dos projetos propostos, sob pena de perderem as terras adquiridas.

Entre as empresas que adquiriram terras no município de Aripuanã, estão: a INDECO (Integração, Desenvolvimento e Colonização), cujo proprietário era o Sr. Ariosto da Riva, que comprou 400 mil hectares; a JURUENA, de propriedade do Sr. João Carlos Meirelles, que comprou 200 mil hectares; a RENDANYL, que posteriormente transferiu as terras para a OTSAR<sup>25</sup>, que comprou 1 milhão de hectares; e a COLNIZA, do grupo Lunardelli, que comprou 400 mil hectares. Apesar de todas as empresas citadas terem adquirido

---

<sup>25</sup> Segundo OLIVEIRA (1997), no Governo Figueiredo, as terras da Otsar foram transferidas para a Cotriguaçu, por meio de fraudes, para que fossem repassadas à Sharp. O ministro Amauri Stabili foi afastado do cargo, pois era funcionário e acionista desta multinacional.

as terras a preços simbólicos, somente a INDECO<sup>26</sup> efetivamente implantou os projetos a que tinha se comprometido, os quais deram origem aos atuais municípios de Alta Floresta, Apiacás e Paranaíta. As demais empresas nada fizeram e muito menos pagaram o que receberam.

Além das quatro empresas mencionadas, o INCRA autorizou a execução de mais 36 projetos de colonização privada em Mato Grosso. A exemplo das anteriores, elas também receberam as terras a preços simbólicos, além de vários outros incentivos e, da mesma forma, muitas delas nunca pagaram pelo bem adquirido (OLIVEIRA, 1997).

A seguir, serão apontadas outras empresas que implantaram projetos de colonização no espaço mato-grossense, bem como as cidades originadas desses projetos.

A CONOMALI (Colonizadora Noroeste Mato-grossense S/A), de Santa Rosa/RS. Esta empresa adquiriu a gleba Arinos, com área de 240 mil hectares, mais tarde foi transformada no atual município de Porto dos Gaúchos.

A colonizadora SINOP (Sociedade Imobiliária do Noroeste do Paraná), cujo proprietário era o empresário paulista Ênio Pepino, implantou a gleba Celeste, numa área inicial de 650 mil hectares, às margens da rodovia Cuiabá-Santarém. A execução desse projeto deu origem aos municípios de Cláudia,

---

<sup>26</sup> Segundo OLIVEIRA (1997), esta empresa afirmava ter adquirido 500 mil hectares da gleba Raposo Tavares, em 1971, pelo preço de Cr\$ 15,00, valor equivalente a seis maços de cigarro da marca Hollywood.

Vera, Santa Carmem e Sinop. O último deu origem a uma das cidades mais promissoras do norte do Estado.

A IMCOL (Imóveis e Colonizadora Ltda) promoveu a colonização de uma área equivalente a 01 milhão de hectares, criando os municípios de São José do Rio Claro e Brianorte.

A Colonizadora Vila Rica, de Minas Gerais, implantou um projeto no vale do Araguaia (próximo à divisa com o Estado do Pará), com área de 100 mil hectares, que resultou no atual município de Vila Rica.

A Colonizadora Líder implantou os projetos Colíder e Nova Canaã, hoje municípios emancipados. Esta empresa se destacou por ter grilado terras da União, vendendo, para os produtores do sul, uma área superior à que possuía. Para não prejudicar os produtores fraudados, o INCRA regularizou as terras adquiridas ilegalmente sem que, no entanto, tomasse qualquer providência para enquadrar judicialmente a empresa Colonizadora Líder por este ato ilícito (EMPAER, 1997; OLIVEIRA, 1997).

A Mutum Agropecuária, do grupo Herbert Levy, implantou o projeto Nova Mutum, em área de 100 mil hectares, às margens da rodovia Cuiabá-Santarém, no centro do cerrado mato-grossense.

A Colonizadora Sorriso foi responsável pelo projeto de colonização efetivada em uma área aproximada de 100 mil hectares, e que atualmente corresponde ao município de Sorriso.

Segundo CASTRO et alii (1994), até o ano de 1978 o INCRA não tinha implantado nenhum projeto de colonização oficial em Mato Grosso, dando margem para que o espaço fosse ocupado somente pelas empresas particulares de colonização e pelas grandes empresas do setor agropecuário e mineral. A experiência oficial estava limitada aos PICs (Projeto Integrado de Colonização) aplicados, até então, principalmente em Rondônia. A partir de 1978, o INCRA deixou de executá-los, pois o custo era muito elevado, para manter a metodologia de colonização que previa o Estatuto da Terra.

No Estado de Mato Grosso, também entraram em cena as Cooperativas de Colonização, a exemplo da COOPERCANA<sup>27</sup>. Conforme estabelecia o Art. 30 do Estatuto da Terra,

“A cooperativa de colonização do tipo de exploração coletiva caracteriza-se pelo trabalho conjunto de seus associados, em atividades de cultivo, extração, criação e industrialização rural, em terra ou imóveis que possua e com recursos próprios ou obtidos através de financiamento”.

A COOPERCANA originou-se no município de Tenente Portela/RS, mas já havia atuado em Mato Grosso, onde desenvolveu projetos de colonização no início da década de 70, os quais deram origem às cidades de Água Boa e Canarana, no cerrado do Médio Araguaia mato-grossense. Segundo OLIVEIRA (1997), o governo via nos projetos de colonização uma resposta capitalista à

---

<sup>27</sup> Ver o trabalho de SANTOS (1993), que analisou a colonização coordenada pela COOPERCANA, originária da COOPERCOL, fundada pelo pastor luterano Norberto Schwantes.

guerrilha do Araguaia. Neste sentido, procurava orientar a forma como deveria se dar a colonização através de cooperativas, para:

“a – Dinamizar a aplicação da fronteira econômica nacional com a transferência de agricultores associados às cooperativas agropecuárias de regiões de estrutura agrária com ocorrência de minifúndios para a área da Amazônia beneficiada pela construção de grandes rodovias, transferindo, com eles, o potencial econômico, social e cultural de que são portadores;” (Instrução Especial nº 13).

A maior parte das colonizações empreendidas em Mato Grosso pelas cooperativas foram, na sua maioria, realizadas através do PAC, em conjunto com o INCRA<sup>28</sup>. No total, foram seis PACs implantados no Estado de Mato Grosso.

A primeira experiência, realizada conjuntamente entre as cooperativas e o INCRA em Mato Grosso, aconteceu após o conflito de produtores rurais, ocorrido em 1978, nas reservas indígenas de Nonoai e Guarita/RS. Diante da ameaça que a quebra de paz no campo poderia gerar, o Conselho de Segurança Nacional elaborou um plano para tentar eliminar os focos de tensão, evitando que o problema se alastrasse para outras áreas. Na tentativa de solucionar ou contornar o problema naquele momento, o Governo Federal ofereceu terras localizadas no norte do Estado de Mato Grosso, para que os produtores rurais pudessem trabalhar. Assim, foi implantado um projeto de colonização, coordenado pela COOPERCANA, originária da COOPERCOL. O PAC

---

<sup>28</sup> CASTRO et alii (1994) coloca que o Estado, ao se aliar com as cooperativas, faz delas um instrumento para a reforma no campo, subordinando-as e tomado-as veículo de suas políticas.



realizado entre a COOPERCANA e o INCRA resultou no atual município emancipado de Terranova <sup>29</sup>.

É preciso destacar, no entanto, que nem todos os agricultores em conflito aceitaram ir para o norte mato-grossense, e por isso dirigiram-se para a Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta, aspecto que será focalizado no terceiro capítulo.

Posteriormente, outras cooperativas firmaram parceria com o INCRA para a implantação de projetos de colonização. A COTREL (Cooperativa Tritícola de Erechim), por exemplo, implantou o PAC em parceria com aquele Instituto, em uma área de 100 mil hectares, dando origem ao atual município de Peixoto de Azevedo, no norte do Estado. Nesse processo também inseriram-se as seguintes empresas: a CAC (Cooperativa Agrícola de Cotia), que implantou o projeto Carlinda, hoje município emancipado em área desmembrada do município de Alta Floresta e a Coomajul (Cooperativa Mista Agropecuária de Juscimeira), originária do sul do Estado de Mato Grosso, que implantou no município de Nobres, no médio norte mato-grossense, o projeto de Colonização Ranchão.

O PAC Peixoto de Azevedo, realizado em conjunto com a COTREL, foi um dos grande projetos do Governo Federal, sendo executado em uma área equivalente a 120 mil hectares.

Por outro lado, o próprio Governo do Estado de Mato Grosso se constituiu como um dos colonizadores do seu território. A CODEMAT (Companhia de

---

<sup>29</sup> Sobre este município, ver SANTOS (1993), que fez uma análise sociológica deste projeto de colonização.

Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso) foi extinta no Governo Dante de Oliveira, através do Decreto 1.415 de 21/02/97. Ela promoveu a implantação do Projeto Juína, no seio da floresta amazônica, em área dos indígenas Salumã, Cinta Larga e Erikibaktsa, que atualmente vivem em reservas. Hoje, Juína é um município emancipado (OLIVEIRA, 1997).

Neste contexto se insere o município de Lucas do Rio Verde, que é um exemplo concreto de colonização oficial. Aí o Estado garantiu as condições básicas para a expansão do capital. O projeto de colonização neste município tinha como objetivo assentar 203 famílias de produtores sem terra, que estavam em conflito no município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. A implantação do referido Programa se constituiu num dos maiores escândalos de colonização oficial executado pelo INCRA e representou o símbolo da má vontade de se fazer a reforma agrária no país.

MORENO (1994) faz sérias críticas em relação à política adotada para a distribuição de terras em Mato Grosso, destacando que a história da apropriação e expropriação capitalista do território mato-grossense está recheada de fraudes e muita corrupção. A referida política, além de dar margem para a venda ilegal das terras, contribuiu para o aumento da violência<sup>30</sup> no campo. O reflexo desta violência foi expresso no sofrimento do contingente populacional que vivia na área, cujo processo ceifou muitas vidas. Além disso, é preciso salientar que a

---

<sup>30</sup> A violência prejudicou principalmente as nações indígenas, os nativos e posseiros (primeiros habitantes) que habitavam a área.

política de colonização permitiu a derrubada indiscriminada de florestas, o que resultou em profundas alterações nos ecossistemas. Assim foram incorporadas novos espaço à produção nacional.

O Estado teve papel fundamental naquele processo, propiciando a infraestrutura parcial necessária, como por exemplo: a abertura de estradas; a construção de redes elétricas e telefônicas; a construção de postos de saúde. Estes aspectos se constituíram em incentivo à instalação de grupos empresariais, sobretudo no norte de Mato Grosso.

As empresas que se instalaram no território mato-grossense, apropriaram-se da terra e investiram em sistemas agrícolas modernos, tendo como único objetivo o enriquecimento fácil. Mas o espaço não foi ocupado somente por grandes empresas capitalistas, uma vez que lá também se instalaram produtores familiares descapitalizados.

À medida em que o território foi ocupado, ocorreram profundas modificações na paisagem, alterando também a organização sócio-econômica. Com isso, Mato Grosso integrou-se definitivamente ao restante da economia brasileira<sup>31</sup>. As transformações encontram-se ainda em curso, especialmente no norte do Estado, onde a terra é utilizada predominantemente pela exploração de monoculturas em bases modernas.

As monoculturas que têm maior destaque no setor agropecuário mato-grossense são a soja e o milho. A produção destina-se não só à comercialização

no mercado interno, mas, sobretudo, ao externo, cuja exportação se faz através do porto de Paranaguá, no Paraná. A exploração de monocultura constitui a base do complexo agroindustrial do Estado, e vem contribuindo decisivamente para uma maior concentração/reconcentração de terras nas mãos de poucos proprietários rurais.

Fica claro, portanto, que o capital transformou o espaço do Estado de Mato Grosso, permitindo que ocorresse uma significativa ampliação no número de municípios no período compreendido entre os anos de 1970 (29) e 1998 (130). Conforme se observa na Figura 01, a maior parte dos municípios são originários de projetos de colonização.

A colonização oficial não conseguiu montar uma infra-estrutura que fosse capaz de atender as necessidades básicas exigidas pela demanda populacional, cujo movimento migratório se acentuou nos idos da década de 70.

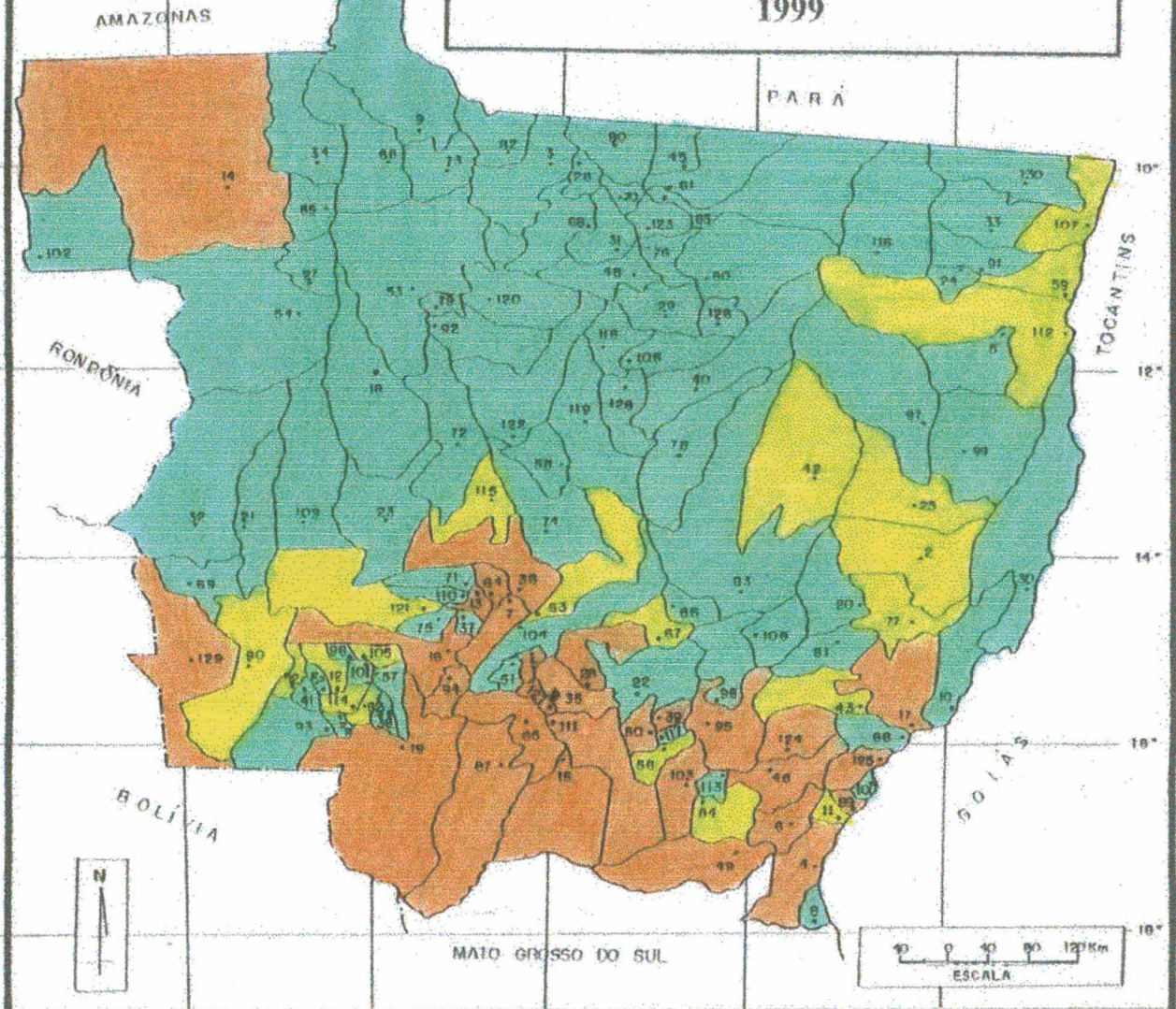
Neste sentido, é importante salientar que os projetos oficiais não atenderam nem mesmo a infra-estrutura prometida pelo Governo Federal. O descaso do poder público prejudicou diretamente os assentados, que tiveram que conviver com diversos problemas, tais como: péssimas condições de conservação das estradas que davam acesso às áreas de colonização e escassez de escolas e de hospitais, entre outros fatores. Estas carências serviram para desestimular a permanência dos trabalhadores rurais nos assentamentos. E este assunto será abordado com maiores detalhes posteriormente.

---

<sup>31</sup> Na análise de COY (1998), o capital tem redirecionado o fluxo para as áreas tidas como periféricas.

Figura 01

# ESTADO DE MATO GROSSO EVOLUÇÃO DOS MUNICÍPIOS 1999



- 01 ACORÓZAL
- 02 ÁGUA BOA
- 03 ALTA FLORESTA
- 04 ALTO ARAGUAYA
- 05 ALTO DA VISTA
- 06 ALTO GARÇAS
- 07 ALTO TAPACHAI
- 08 ALTO TACHARI
- 09 ALTÃO
- 10 ARAGUAZANA
- 11 ARAGUAZINA
- 12 ARATUANGA
- 13 ARIQUETES
- 14 AURIFLAMA
- 15 BAIXO DE ADELACIO
- 16 BARRA DO BUGRES
- 17 BARRA DO GARÇAN
- 18 BRASOPORTE
- 19 CACERES
- 20 CACIMBATULAS
- 21 CACIMPOS DE JULIO
- 22 CAMPO VERDE
- 23 CAMPO NOVO DOS BARREIROS
- 24 CANA BRAVA DO NORTE
- 25 CANAVERAL
- 26 CARBONIA
- 27 CANTANHEIRA
- 28 CUICADA DOS CHAMARÃO
- 29 CLÁUDIA
- 30 COCALINHO
- 31 COLÍDER
- 32 COMODORO
- 33 CONFRESA
- 34 CORRIGUAÇU

- 35 CUIABÁ
- 36 CURVEL LONDA
- 37 DEFISE
- 38 DIAMANTINO
- 39 DOM AQUINO
- 40 FELIZ NATAL
- 41 FERREIROS DE SÃO JOSE
- 42 GAUCHA DO NORTE
- 43 GENERAL CARNEIRO
- 44 GIBÓIA DO ESTRE
- 45 GUARANI DO NORTE
- 46 GUARATINGA
- 47 GUARAVAI
- 48 HAUBA
- 49 ITAIPORA
- 50 JACUARA
- 51 JANGARÁ
- 52 JARUÍ
- 53 JIARÁ
- 54 JUINA
- 55 JUPUENGA
- 56 JUSCUTEIMA
- 57 LAMBEI DO NORTE
- 58 LUCAS DO RIO VERDE
- 59 LUÇANA
- 60 MARCELÂNDIA
- 61 MATUPÁ
- 62 MBRASSOL D'OESTE
- 63 NOBRES
- 64 NOROESTE
- 65 SERRA DO LIVRAMENTO
- 66 NOVA BRANDEINTE
- 67 NOVA BRANDEINTE
- 68 NOVA CANA DO NORTE

- 69 NOVA LACERDA
- 70 NOVA GUARÉIA
- 71 NOVA MARILÔNIA
- 72 NOVA MARINGÁ
- 73 NOVA MONTE VERDE
- 74 NOVA MULIM
- 75 NOVA OLÍMPIA
- 76 NOVA SANTA HELENA
- 77 NOVA XAVANTINA
- 78 NOVA UBIALÁ
- 79 NOVO HORIZONTE DO NORTE
- 80 NOVO RUIBRO
- 81 NOVO SÃO JOAQUIM
- 82 PARAGUAI
- 83 PARANAIPI
- 84 PIRA FREIA
- 85 PESTINHO DE AZEVEDO
- 86 PLANALTO DA SERRA
- 87 POCOS
- 88 PORTAL DO ARAGUAIA
- 89 PORTO BRANCA
- 90 PORTES E LACERDA
- 91 PORTO ALEGRE DO NORTE
- 92 PORTO ESTERILÃO
- 93 PORTO ESTRELA
- 94 POSOERO
- 95 PRIMAVERA DO ESTE
- 96 QUERÊNCIA
- 97 RESERVA DO CARAJÁ
- 98 RIBERÃO CANAIEIRA
- 99 RIBERÃO LOZANHO
- 100 RIO BRANCO
- 101 RONDONIA

- 102 RONDONÓPOLIS
- 103 ROSÁRIO DE S. F.
- 104 SAÍTO DO CÉU
- 105 SANTA CARMEM
- 106 SANTA TEREZINHA
- 107 SANTO AMORÉO DO LESTE
- 108 SAPEZAL
- 109 SAO AFOSSO
- 110 SAO ANTONIO DO LEVERGER
- 111 SAO FELIX DO ARAGUAIA
- 112 SAO JOSE DO POVO
- 113 SAO JOSE DOS QUATRO MARCHES
- 114 SAO JOSE DO RIO CLARO
- 115 SAO JOSE DO XIQUE
- 116 SAO PEDRO DA CIA
- 117 SINOP
- 118 SORISO
- 119 TABAFORA
- 120 TANGARÁ DA SERRA
- 121 TAPIRAI
- 122 TAPURÁ
- 123 TERRA NOVA DO NORTE
- 124 TRIPOLI
- 125 TROVOADOR
- 126 UBAI DO SUL
- 127 UERZEIA GRANDE
- 128 VERA
- 129 VILA BELA DA SERRA
- 130 VILA RITA

FONTE: MORENO (1993)

**LEGENDA**

- 1726 a 1960
- 1960 a 1980
- 1980 a 1999

Conforme o MEAF (1983), a distribuição das parcelas de terras para os projetos de colonização oficial em Mato Grosso deveriam seguir os critérios estabelecidos pelo INCRA. Dessa forma, para que os agricultores sem terra pudessem ter acesso aos projetos de assentamentos oficiais, deveriam preencher os seguintes requisitos: ter mais de 21 e menos de 60 anos de idade; não serem proprietário de terreno rural; não serem proprietários de estabelecimento comercial ou industrial; não serem funcionários públicos, autárquicos, civis ou militares, das áreas administrativa federal, estadual ou municipal.

Além dessas condições restritivas, os candidatos aos projetos de assentamento deveriam manifestar o interesse em exercer ou querer efetivamente trabalhar nas atividades agrárias, comprovando vocação para seu exercício. Esta comprovação se consumava pelo comprometimento do assentado em residir com sua família na parcela de terra a ele destinada, explorando-a direta e pessoalmente. Como se não bastasse isto, os assentados deveriam comprovar, ainda, que tinham boa sanidade física e mental, além de bons antecedentes, bem como demonstrar ter capacidade empresarial para a gerência do lote, na forma projetada (MEAF, 1983).

No próximo capítulo, focalizar-se-ão as especificidades da colonização em Lucas do Rio Verde.

### CAPÍTULO III

**A Colonização em área de fronteira agrícola: O caso do PEA Lucas  
do Rio Verde - MT**

*“ E a história dessa expropriação está inscrita nos anais da humanidade com  
traços de sangue e fogo”*

(Karl Marx)

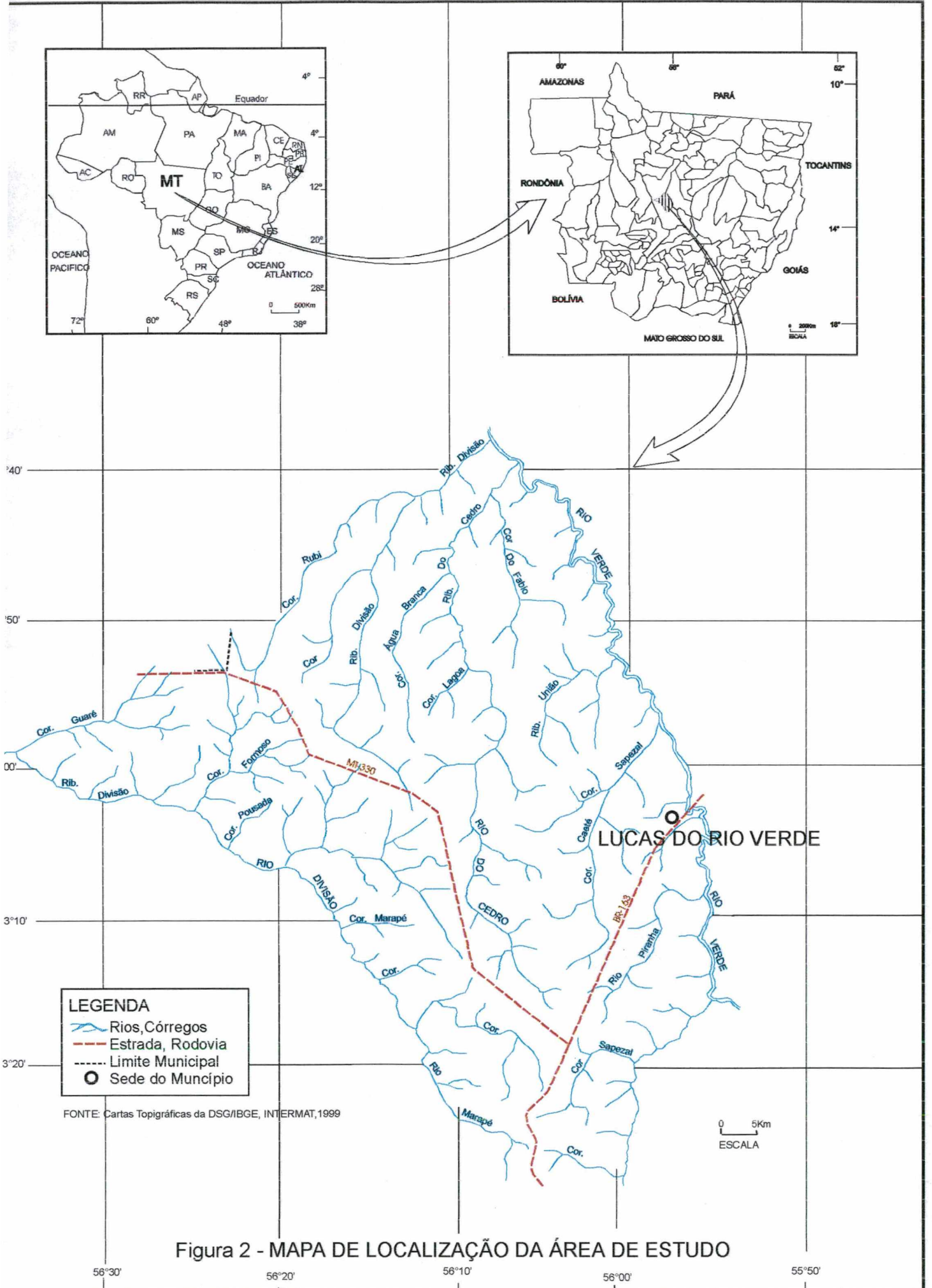
### **3.1 - Lucas do Rio Verde: uma caracterização**

O município de Lucas do Rio Verde, situa-se entre os paralelos 12° 38'69''S e 13° 28'06''S e entre os meridianos 55° 51'44'' W e 56° 38' 56'' W (figura 02). A ocupação dessa área teve início na década de 70, quando alguns posseiros que acompanhavam a abertura da BR 163, a Rodovia que liga Cuiabá a Santarém, mais precisamente no Km 680, e distante 350 km de Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso, decidiram fixar moradia, formando um pequeno vilarejo.

A designação pelo qual ficou conhecido este vilarejo, que anos mais tarde seria transformado em município, está associada ao fato de um influente seringueiro, que tinha por nome Francisco Lucas de Barros, haver se estabelecido às margens do Rio Verde. Assim, para os viajantes que ali passavam, o termo referencial da pequena vila ficou sendo Lucas do Rio Verde (PMLRV, 1997).

Lucas do Rio Verde faz parte da Mesorregião geográfica Norte Mato-grossense e da Microrregião do Alto Teles Pires. A maior parte dos 3.645,23 km<sup>2</sup> que compõem a extensão territorial do referido município é formada por terrenos planos e suavemente ondulados. Apenas 1% do território corresponde a áreas de montanhas, locais de onde normalmente originam-se os principais cursos d' água. Os rios que banham as terras do município (rios Verde, Quatá, União, Piranha, Cedro e Ranchão) pertencem à bacia hidrográfica do Teles Pires e apresentam um alto potencial hidrelétrico, a exemplo dos rios Quatá e Cedro,





**LEGENDA**  
 ~~~~~ Rios, Córregos  
 - - - - Estrada, Rodovia  
 - - - - Limite Municipal  
 ○ Sede do Município

FONTE: Cartas Topográficas da DSG/IBGE, INTERMAT, 1999

Figura 2 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

56°30'      56°20'      56°10'      56°00'      55°50'

que tiveram parte do seu percurso represado para a instalação de usinas hidrelétricas. É importante destacar que os rios não apresentam assoreamento, uma vez que as matas ciliares ainda estão sendo preservadas, contribuindo para protegê-los.

As características topográficas que formam o relevo do município de Lucas do Rio Verde favorecem não só o desenvolvimento de práticas agrícolas mecanizadas, mas também são fundamentais para a conservação do solo, porque os terrenos planos são menos suscetíveis aos processos erosivos.

Além da topografia que favorece as práticas agrícolas, Lucas do Rio Verde apresenta outras características físicas que contribuem significativamente para esta atividade. O clima é do tipo Aw (Köppen) ou tropical de savana, e apresenta duas estações bem definidas: uma chuvosa, entre setembro e abril; outra seca, entre maio e agosto, o que facilita o plantio, e a colheita. A temperatura média anual, que fica na marca de 24° C, aliada a uma precipitação média anual de 2.361 mm, propicia o cultivo do solo (PMLRV, 1997).

Estas características naturais foram fundamentais para que a vegetação original do município, constituída basicamente por árvores retorcidas e de porte baixo, típicas do cerrado, fossem substituídas pela atividade agropecuária que se expandiu na área. Atualmente, 80% da área agrícola já foi ocupada, principalmente com pastagens; o restante é ocupado por vegetação remanescente, destacando-se as matas ciliares.

Dentre os fatores físicos, considerados fundamentais às práticas agrícolas, merece destaque o solo. No município de Lucas do Rio Verde, o solo se apresenta heterogêneo, sendo constituído por latossolos vermelho-amarelo distróficos, areias quartzosas e solos hidromórficos. Os latossolos predominam em 80% da área agrícola do município, destacando-se por serem profundos e apresentarem textura média e argilosa, podendo ser utilizados tanto para pastagens como para lavouras temporárias e/ou permanentes. As áreas quartzosas localizam-se próximas aos rios e ocupam apenas 5% da extensão territorial do município, contribuindo para a formação de pastagens e lavouras. Os solos hidromórficos abrangem os 15% da área restante e podem, também, ser aproveitados para o uso com pastagens ou para a lavoura. Há de se ressaltar, no entanto, que, para a produção agropecuária se tornar economicamente viável, é necessário o uso sistemático de corretivos e adubos, uma vez que o solo não apresenta um elevado índice de fertilidade (EMPAER, 1997).

Apesar de as características edafoclimáticas serem propícias à exploração agropecuária, no norte do Estado de Mato Grosso, até o início dos anos 80, aquela extensão territorial era vazia do ponto de vista demográfico. Os campos do cerrado daquela área eram ocupados apenas por posseiros, que utilizavam o solo para a atividade agrícola de subsistência, praticada em moldes tradicionais. Nestas circunstâncias, o governo passou a considerar aquele espaço - incluindo-se aí, com particularidade, o município de Lucas do Rio Verde - como área de

fronteira agrícola e, portanto, passível de ser utilizada para o desenvolvimento de projetos de colonização.

Nesse contexto, é importante que se destaque, também, que todos os municípios que fazem limite com Lucas do Rio Verde - ao norte e a leste, com Sorriso; ao sul, com Nova Mutum; e a oeste, com Tapurah - foram originários de projetos de colonização dirigida particular, e se desenvolveram com o apoio do Governo Federal.

Em 1982, por iniciativa do Governo Federal, teve início a execução do Projeto Especial de Assentamento em Lucas do Rio Verde, que tinha como objetivo assentar produtores rurais sem terra que estavam em conflito no município de Ronda Alta, no rio Grande do Sul. A vinda destes trabalhadores impunha que se montasse uma infra-estrutura para atender suas necessidades básicas, fato que levou à criação de uma Agrovila, instalada no dia 05 de agosto de 1982. Até então, Lucas do Rio Verde era apenas um distrito do município de Diamantino. A instalação desse assentamento contribuiu para que, com o passar do tempo, o município prosperasse economicamente. Em função disso, conquistou sua emancipação política em julho de 1986 (PMLRV, 1997).

É importante salientar que, no final da década de 70 e início da década de 80, intensificou-se a crise agrária no Brasil. Este processo se tornou mais crítico no sul do país, onde milhares de colonos sem terra passaram a pressionar politicamente o governo, reivindicando terras para trabalhar, principalmente no Estado do Rio Grande do Sul. Na tentativa de dismantelar o movimento

reivindicatório, o governo do General Figueiredo ofereceu terras, no Estado de Mato Grosso, aos trabalhadores rurais que para lá quisessem se dirigir. Muitos colonos sem terra, insatisfeitos com a situação agrária no sul, submeteram-se à proposta do governo e aceitaram ir para aquele local distante e desconhecido, com o sonho de se tornarem proprietários de terras, almejando não só produzir, mas deixá-las como herança aos seus filhos, como era a tradição que seguiam.

Até junho de 1982, foram transferidos para o território do atual município de Lucas do Rio Verde, 203 famílias de trabalhadores rurais sem terra, sendo que cada uma delas recebeu uma área equivalente a 200 hectares de terras e mais a infra-estrutura básica. Porém, o Governo Federal não cumpriu todas as promessas que havia feito a estes colonos e em menos de 02 anos, muitos dos assentados abandonaram as terras em que trabalhavam. Eles retornaram ao lugar de origem, ou se dirigiram para outras regiões do país, muitas vezes voltando a engrossar as fileiras de trabalhadores que continuavam a reivindicar terras ao Governo Federal.

As terras em que foram assentados estes produtores eram devolutas, e o INCRA imediatamente procedeu à arrecadação das terras para serem ocupadas por esses trabalhadores. Havia também fazendas de 2 e 3.000 hectares. O INCRA procurou fazer um acordo com os proprietários, porém foi um trabalho difícil, pois ninguém aceitava perder suas propriedades<sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup> Informações obtidas verbalmente no INCRA (1998).

A área total do projeto de colonização era de 220.600 hectares de terras. Parte dela, equivalente a 65.000 hectares, no momento em que foi realizada a colonização, estava ocupada por posseiros, que ali tinham se instalado quando ocorreu a abertura da Rodovia 163 (Cuiabá-Santarém). Assim, sobraram 155.600 hectares, que foram divididos em lotes para os assentados e para o núcleo urbano. Foram partilhados, desta forma, 40.600 hectares, em 203 lotes de 200 hectares, para os colonos que ali foram assentados, usados para a construção do núcleo urbano. Eles deveriam usar 50% da área para a produção, e o restante deveria ser mantido como reserva florestal (CASTRO et alii, 1994).

O INCRA, porém, ciente do fracasso do PEA que ali foi executado, tentou implantar o PAC com a COOPERLUCAS (Cooperativa Lucas do Rio Verde). Esta cooperativa originou-se de um grupo de produtores de flores do município de Holambra, do Estado de São Paulo. No final de 1981, ela foi instalada no município de Diamantino, área onde foi implantado o PEA Lucas do Rio Verde. A partir daí, começaram as negociações para a transferência dos trabalhadores sem terra de Ronda Alta, e também as negociações entre o INCRA e a cooperativa para implantarem o PAC na área.

A Cooperativa deveria dar assistência técnica e apoio aos agricultores que ali se instalassem. Esse acordo deveria se inserir na Instrução Especial número 13, que foram tratadas no segundo capítulo deste trabalho. Esta instrução deveria disciplinar a participação das cooperativas nos programas de colonização na Amazônia. Caberia ao INCRA, caso o acordo fosse celebrado

implantar as obras de infra-estrutura, selecionar e transportar os parceleiros. Além disso, deveria acompanhar o andamento do acordo firmado. “No início, a proposta era com a Holambra para o trabalho conjunto, posteriormente ela saiu [...].” (Sr. X. – INCRA). Só que este acordo não foi celebrado na prática.

A COOPERLUCAS instalou-se em Lucas do Rio Verde, levando aproximadamente 40 sócios produtores capitalizados de Holambra. Nos anos seguintes, após a implantação da Cooperativa, foram assentados também, nessa área, algumas dezenas de produtores com problemas de terra no município de Barra do Garças. A área faz parte da Microrregião do Médio Araguaia e historicamente foi alvo de muitos conflitos. Aí ocorreu a primeira experiência de colonização executada por uma cooperativa. Esta questão será retomada posteriormente. Portanto, para resolver os conflitos é que foi realizada essa transferência para a área do assentamento Lucas do Rio Verde.

Desde o início da colonização, Lucas do Rio Verde recebeu um grande número de produtores sem terra. O INCRA, como sempre, tenta apaziguar o problema sem resolvê-lo efetivamente, foi encaminhado documento para o MIRAD, na época coordenado por Dante de Oliveira, atual governador do Estado, solicitando a regularização do assentamento dos trabalhadores na área desse município.

Em 1986, através de um convênio celebrado entre o Brasil e o governo japonês, foi implantado no município o Projeto de Colonização PRODECER II (Projeto de Desenvolvimento do Cerrado), através do qual foram assentados

aproximadamente 40 produtores oriundos do sul do país, sendo distribuída uma área correspondente a 18.000 hectares. Além do assentamento desses trabalhadores, o Projeto garantiu condições para que a COOPERLUCAS remodelasse suas instalações, de modo a que tivesse uma infra-estrutura voltada para a armazenagem de grãos, objetivando com isso impulsionar o cultivo de soja e do milho na área. Os reflexos advindos da implantação do PRODECER II no município se fizeram sentir logo em seguida, pela ocorrência de um novo impulso na produção agrícola e por ter aumentado a procura por terras disponíveis na área.

A COOPERLUCAS transformou-se numa das maiores cooperativas de produtores rurais do país. Porém, em 1994, ela enfrentou dificuldades provocadas sobretudo por corrupção de dirigentes. O fato se tornou um dos maiores escândalos envolvendo lideranças políticas do Estado. Em função disso, a cooperativa passou por dificuldades que, ainda hoje, não foram superadas e isto tem afetado negativamente os produtores cooperados, os quais estão inviabilizados de conseguir qualquer financiamento nos bancos.

Observa-se, no entanto, que apesar de todos estes investimentos direcionados ao desenvolvimento das atividades agrícolas, o contingente populacional urbano de Lucas do Rio Verde supera em muito o rural. Segundo o IBGE, em 1996, a população urbana era constituída por 9.527 habitantes e a rural por apenas 3.320 habitantes. Já no tocante à ocupação do solo,



aproximadamente 1/3 da área do município é ocupada com a instalação de núcleos urbanos, sendo o restante utilizado para atividades rurais.

A economia do município concentra-se no setor primário. Porém, há uma grande preocupação com o setor secundário para mudar a economia do município e agregar valor à produção primária, com a agroindustrialização. O Distrito Industrial já foi instalado e é formado por 371 lotes, distribuídos numa área de 55 ha, bem próxima à cidade. Esta área, no momento, está recebendo a infra-estrutura básica.

### **3.2 - Histórico do PEA Lucas do Rio Verde e da Família Assentada**

A inserção da agricultura no modo capitalista de produção provocou profundas mudanças no setor agropecuário brasileiro. Com a difusão da modernização tecnológica na agricultura, ocorreu a liberação de mão-de-obra e intensificou-se a crise agrária, especificamente no sul do país, onde os focos de tensão se multiplicaram.

Neste contexto, no final da década de 70, milhares de colonos sem terra estavam acampados na Encruzilhada Natalino no município, de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, na expectativa de conseguir terras. É importante salientar que muitos dos acampados foram arrendatários de terras dos índios Kaingang em Nonoai-RS, município do mesmo nome, cujo acordo teve o apoio da FUNAI. Os Kaingang decidiram se apropriar novamente das terras, porque haviam se tornado empregados dos arrendatários. Diante dessa situação, os

índios se revoltaram e expulsaram os produtores rurais arrendatários de suas terras (MARTINS, 1985; SANTOS, 1993).

Este episódio chamou a atenção do Governo Federal e, para impedir que a tensão proliferasse em outras áreas do Estado, ou mesmo no país, foi elaborado um plano emergencial de assentamento no norte de Mato Grosso. As terras foram oferecidas; porém, somente parte dos acampados aceitou a proposta de ir para a área de colonização, Terranova, no norte de Mato Grosso<sup>33</sup>. Os demais instalaram-se na beira da estrada que liga Passo Fundo a Ronda Alta, na Encruzilhada Natalino. Formaram ali um acampamento para exigir do governo a desapropriação de terras no Rio Grande do Sul. Mais tarde, estes acampados, com o apoio da CPT, integraram-se ao incipiente MST, considerado o maior movimento social do país, mobilizado em prol da Reforma Agrária. Além da CPT, as CEBs também apoiaram a resistência da Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta. O sindicato local dos trabalhadores não ajudou, os dirigentes alegaram que este movimento estava fazendo um sindicalismo paralelo.

O grupo acampado era formado por aproximadamente 600 famílias, e a área sofreu intervenção do exército<sup>34</sup>, que coordenou a ação, mobilizando as polícias federais, a rodoviária federal e a militar do Rio Grande do Sul, na tentativa de convencer os acampados a aceitarem as propostas do governo, que

---

<sup>33</sup> Sobre esta questão, ver o trabalho de SANTOS (1993), que faz uma análise sociológica da colonização executada em Terranova, pela COOPERCOL.

<sup>34</sup> Segundo MARTINS (1985), a intervenção militar na área começou com a tentativa de aliciamento dos acampados para que aceitassem transferência. Depois vieram as ameaças e, mesmo assim, muitos não aceitaram, exigindo do governo a desapropriação de terras.

oferecia duas opções: empregos como assalariados nas estações experimentais públicas ou a transferência para a Bahia ou Mato Grosso, onde seriam assentados nos projetos de colonização oficial (MARTINS, 1985).

Mesmo assim, a resistência persistiu. Para tentar dismantelar o movimento, o Ministro do Conselho de Segurança Nacional, o General Danilo Venturine (do Governo Figueiredo), convocou o major Curió, que ofereceu aos agricultores terras em vários estados. Os acampados mantiveram-se irredutíveis, pois queriam terras no Rio Grande do Sul. Como relembra um assentado em Lucas do Rio Verde,

“Foi o Cor. Curió, era na época dos Militares, João Figueiredo, no começo foi muito difícil o aceite dele lá pelos acampados, tivemos vários confrontos. O INCRA ficava lá para desmobilizar, ofereceu terra em vários lugares, mas nós queríamos terra no RS, simplesmente mataram os colonos no cansaço, seguraram os sem terra lá, por mais um ano, e nós sem ajuda nenhuma” (S. M.).

Um conjunto de fatores forçava-os a ir para uma terra desconhecida. Entre os motivos, destacavam-se: a falta de terras livres e agricultáveis no Rio Grande do Sul, a vontade de ter um pedaço de terra para a reprodução da sua família, o projeto de instalar os filhos, quase sempre numerosos. O sonho de possuir um pedaço de terra para gozar de melhores condições de vida foi sendo construído em meio a uma condição de pobreza. O leque de promessas fez-lhes vislumbrar possibilidades, até mesmo de enriquecer, e isso levou parte dos acampados a aceitar a proposta.

Entre as promessas, destacavam-se o financiamento para a produção. As terras seriam pagas após longos anos, haveria moradia para se instalarem, além do salário-alimentação, que asseguraria a manutenção nos primeiros anos. Além disso, o governo fez o “jogo sujo” de contratar algumas pessoas para fazer a propaganda das novas terras. Nos termos de um assentado:

“Começaram falá, vamo pra lá, lá é bom, tinha uma pessoa Pedro Souza, que já tinha tado no assentamento de Terra Nova e falou lá eu conheço, lá é área boa, aí começou a fala assim e inclusive esse (Pedro Souza) foi escolhido pelo pessoal do Cor. Curió pra influenciá as pessoas, que aqui era bom, que podia vir sem problema” (J. S. R).

A falta de perspectiva para obter terra em seu lugar de origem, acrescida das promessas feitas pelo Governo Federal contribuiu para que algumas dezenas de famílias aceitassem as propostas. A maioria dos sem terra estavam receosos quanto à realidade do lugar distante e desconhecido. Mesmo assim, em dezembro de 1981, 05 produtores sem terras, resolveram ir com suas famílias, para conhecer a área e de imediato decidiram ficar morando. Como relata um assentado, “ [...] de carona no caminhão [...] viemos, eu, Saul Marchiori, Aquilino Sirtoli, Heitor e o Miro” (J. S.R).

A partir daí, e considerando que muitos gaúchos já haviam se fixado no Estado de Mato Grosso, principalmente no norte, outras famílias se dispuseram a arriscar a sorte em terras desconhecidas.

O aparelho ideológico construído em torno da colonização e suas vantagens produziu um clima favorável à adesão ao PEA. Por outro lado, já

havia entre os produtores muitas informações sobre Mato Grosso, em particular a Colonização Agrícola de Dourados, ocorrida nos anos 40, no atual estado de Mato Grosso do Sul, onde os lotes foram distribuídos gratuitamente. As informações provinham principalmente de parentes lá instalados.

Até junho de 1982, foram deslocadas 203 famílias de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, para Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso, como relata um assentado: “Ninguém tinha área de terra, aí eles falaram, vamo aventurá no MT. Não era proprietário de terra, casei, fiquei 04 anos com meu pai” (D. M).

A realidade deste colono evidencia a de muitos outros, que trabalhavam na propriedade dos pais, mesmo depois de casados, dadas as dificuldades de conseguir suas próprias terras.

A viagem das primeiras famílias foi longa, demorada e feita de caminhão. Eles levaram todos os utensílios domésticos, roupas e inclusive os animais. “A viagem foi difícil, de caminhão, longa, uma BR Cuiabá-Santarém, puro buraco, levou um dia, de Cuiabá até aqui [...].Chegou aqui, não tinha nem acampamento do INCRA [...] era cerrado pra todos os lados” (S. M. – assentado).

Um programa de colonização no meio do cerrado consistiu em desbravamento de matas. O INCRA, inicialmente, se comprometeu em dar a terra aberta, com a infra-estrutura básica, o que de fato ocorreu, mas parcialmente. Além disso, também prometeu fornecer o material para a construção da casa e o salário-alimentação, até que fizessem a primeira colheita.

Relembra um assentado:

*“Era cerrado, tinha 01 ha aberto, não tinha nada, foi pesado, tinha dias que a gente tinha vontade de pegar amalinha, as crianças e i embora, só que eu pensei, eu sou da lavoura, se for para ir para a cidade trabalhar eu morro de fome, meus filhos também, meu piá trabaia na roça. Lá eu não tinha terra, daí eu pensei que uma hora pode melhorar” (D. M.).*

As famílias receberam salário-alimentação durante certo período. Mas informações dos assentados e do INCRA sobre o salário-alimentação não conferiram. Segundo informações do representante do INCRA, a documentação sobre Lucas do Rio Verde, assim como de outros projetos, foi incinerada pelo último presidente que passou pelo órgão em Mato Grosso. Em função disso, não há como comprovar as irregularidades ocorridas neste assentamento.

A decepção começou na chegada dos primeiros assentados, pois nem todas as promessas de financiamento, moradia e a infra-estrutura prometidas pelo Major Curió, foram asseguradas. Como diz L. A: “O financiamento do Banco do Brasil [...], a gente era muito visado, não tinha garantia. Fomos massacrado, muita gente voltou embora” (assentado).

O PEA Lucas do Rio Verde ficou marcado por insatisfações e reclamações, tanto por parte dos assentados como pelo executor do INCRA, que, após denúncias comprovadas de abuso de poder, foi afastado de suas funções no órgão.

As condições de moradia nos lotes rurais e as condições de transporte eram precárias. Além disso, a distância do núcleo urbano gerava transtornos e muitas dificuldades de deslocamento dos assentados, tanto para compra de alimentos como em caso de urgência médica, pois não havia posto de saúde, que também constava na lista das promessas. Em função disso, nos primeiros anos, os assentados tiveram que suportar as péssimas condições existentes. Somente em 1986 foi construído um hospital particular no núcleo urbano, o que não resolvia muito a situação dos assentados, considerando que nem todos tinham condições de pagar. As dificuldades dos primeiros tempos podem ser comprovadas no seguinte depoimento:

*“As dificuldades pra compra, primeiro tempo aqui não existia nada, precisava de alguma coisa tinha que ir a Sorriso, eu mesmo uma vez fui a Sorriso comprá carne, cheguei aqui tive que jogar a carne fora que tava azeda, então não tinha medicamentos, tinha que saí pra fora, Sorriso, Sinop, Cuiabá, bastante carente [...]”* (L. A. – assentado).

Segundo depoimentos de alguns colonos, os assentados que não tinham tradição agrícola moravam no núcleo urbano. Para estes, a propriedade rural ficava em segundo plano. Assim, quando o INCRA cortou o salário-alimentação, as pessoas que não tinham plantado nada não tiveram como sobreviver na área. A alternativa foi vender sua parcela de terra.

Conforme já referido, o salário-alimentação durou pouco. A ajuda foi suspensa com a justificativa de que os assentados estavam vendendo insumos, entre outros benefícios que recebiam, para comprar coisas supérfluas, como a bebida. Com isso, foi inevitável a saída de muitos assentados. Além disso,

muitos contraíram dívidas nos mercados da agrovilagem. O preço da alimentação era muito elevado, pois compravam do mercado, que por sua vez comprava as mercadorias do Posto da COBAL para revendê-los. Como evidencia um assentado: “o produtor recebia o salário para fazer rancho, que era para ser feito na COBAL, mas os comerciantes que compravam na COBAL por um preço, vendia por 2, 3 vezes a mais”(P. V. N).

Como se pode perceber, os colonizadores estiveram à mercê de vários tipos de ações maléficas. A função da COBAL era vender alimentação diretamente para os assentados, porém, revendia aos comerciantes intermediários. Neste sentido, muitos assentados não conseguiram pagar as dívidas e, por elas, trocaram as terras, mais a passagem de volta para o Rio Grande Sul.

Além dos problemas anteriormente mencionados, destaca-se o desconhecimento da terra (solo), das condições climáticas, dos produtos que poderiam ser cultivados e do calendário agrícola, que era diferente do Sul. A somatória destas dificuldades fez com que muitos assentados trabalhassem como assalariados em propriedades alheias para sobreviver.

A casa foi construída com material recebido do INCRA; alguns assentados, no decorrer dos anos, foram melhorando a moradia, mas outros, por dificuldades financeiras, nunca conseguiram fazê-lo.

Segundo alguns entrevistados, a privação e as ameaças funcionavam como impedimentos para fazer reclamações ao INCRA, em Cuiabá. Em virtude



disso, o executor daquele órgão em Lucas do Rio Verde fazia tudo como bem entendia. Mas, alguns anos depois, as denúncias foram acolhidas, cujo resultado culminou com o afastamento do executor do Projeto, conforme já referido.

Quanto ao sistema educacional, foram construídas escolas, próximas aos núcleos rurais, mas por falta de alunos foram fechadas anos depois. Atualmente, o município conta com 01 escola rural. A Prefeitura oferece ônibus para buscar os alunos nas propriedades rurais, transportando-os até lá.

No início, os assentados receberam os financiamentos do Banco do Brasil, via INCRA. Mas começaram a surgir problemas, pois o crédito era repassado a um intermediário que assumia o trabalho de limpeza e cultivo da terra, colheita e venda da produção. Como diz um entrevistado:

“Muitas pessoas chegaram aqui sem instrução nenhuma, eram quase que analfabetos. Então, houve um grupo de pessoas que se organizaram diferente. A questão do Banco do Brasil, na época, houve muita desvinculação de recurso, dessa forma, o Banco do Brasil tem sua parcela de culpa [...] as pessoas que conseguiram se organizar tinham visão e conseguiram até aumentar a área, mas esse grupo de pessoas tinham tradição agrícola” (P. V. N.).

Na fala deste entrevistado, fica claro que um grupo de produtores não seguiu orientações do executor do INCRA, ou seja, pegar o financiamento e repassar a intermediários. Eles tiveram sucesso e continuam no município. Os produtores sem instrução enfrentaram dificuldades, pois subordinaram-se a intermediários que não honraram os compromissos. Assim, os assentados não conseguiram pagar as dívidas e o Banco do Brasil deixou de dar o

financiamento. Este fato evidencia que os assentados foram vítimas de um “golpe muito bem montado”, do qual participou o INCRA, o Banco do Brasil e alguns empreiteiros.

Com relação ao pagamento dos lotes, segundo CASTRO et alii (1994), a partir do estudo que realizaram sobre a colonização oficial em Mato Grosso, o custo do lote para o colono era o equivalente ao valor da terra nua, e deveria ser pago no prazo de 20 anos. Ao valor da terra seriam acrescentados os investimentos em infra-estrutura, demarcação, desmatamento e despesas com a transferência do local de origem para o projeto.

À medida em que surgiram dificuldades, os assentados foram gradativamente “abandonando” as terras. Mas, ao transferir as parcelas para um suposto comprador, o governo “cobrou”, como dívida, a infra-estrutura e serviços oferecidos aos assentados.

Os primeiros assentados não pagaram a terra recebida. Mais uma vez, o Estado se cala e é conivente com uma série de injustiças que produtores sem terra foram vítimas.

Conforme já referido, a política de colonização estava voltada aos interesses do grande capital. O produtor rural descapitalizado, na realidade, só serviria para abrir a terra e atribuir valor a ela. Neste sentido, o governo não estava interessado na manutenção destes atores sociais em estudo e sim, objetivamente, em destruir qualquer tipo de manifestação de luta pela terra.

Tendo em vista o quadro de dificuldades, em menos de dois anos, a maior parte dos colonos abandonou o projeto, voltando para o sul ou dirigindo-se a outros lugares. Como relembra um assentado, “tem gente que vendeu a terra em troca de soja, outros vendeu à troca de dinheiro, pela passagem para voltar para o Rio Grande do Sul, teve gente que deu a terra a troca de comida” (S.M.).

No processo, Lucas do Rio Verde passou a vivenciar uma rotatividade de produtores, vinculados a outros projetos, como o PRODECER II, já tratado no capítulo anterior.

Os novos colonos que se dirigiram para Lucas do Rio Verde eram oriundos principalmente do sul do país, de São Paulo e de outras partes do Estado de Mato Grosso. A segunda leva de produtores que chegaram em Mato Grosso, e particularmente em Lucas do Rio Verde não enfrentou grandes dificuldades. Possuíam capital para comprar a terra que já estava preparada, precisavam apenas construir a infra-estrutura da propriedade e executar o plantio.

No Brasil, é prática comum fazer assentamentos e não suprir as necessidades do produtor rural descapitalizado. Em Lucas do Rio Verde, não poderia ser diferente. Sem condições de se reproduzir, a maioria deixou a terra e foi ocupar a periferia das cidades mais próximas, pois nem todos conseguiram voltar para o Sul.

Das 203 famílias assentadas no início do projeto de colonização no município de Lucas do Rio Verde, apenas 25 se mantêm na área. Destes, 16

possuem terras e 02 arrendam as terras para outros produtores (ver Anexo 01) e os demais moram no centro urbano.

Em Lucas do Rio Verde, a produção familiar cumpriu duas funções na expansão da fronteira agrícola, ou seja, serviu como mão-de-obra barata para os projetos desenvolvidos pelo Estado em aliança com o capital, e também abasteceu o mercado com gêneros de primeira necessidade. Estas questões serão analisadas no próximo capítulo.

## **CAPÍTULO IV**

### **4. – Agricultura familiar a organização sócio-espacial no município de Lucas do Rio Verde**

#### 4.1 - A estrutura fundiária

Conforme já referido, em Lucas do Rio Verde o tamanho padrão inicial dos lotes rurais era correspondente a 200 hectares, mas a situação não se manteve e isto pode ser observado na Tabela 01, que mostra a distribuição desigual da terra no município.

**Tabela 01 - Distribuição da terra por estratos de área no Município de Lucas do Rio Verde – MT (1997)**

| Tamanho (ha)   | Nº absoluto | Nº relativo | Área (ha)  | Área (%) |
|----------------|-------------|-------------|------------|----------|
| 0 → 10         | 5           | 0,65        | 39,00      | 0,01     |
| 10 a 50        | 27          | 3,50        | 962,21     | 0,23     |
| 50 a 100       | 78          | 10, 12      | 7.149,38   | 1,68     |
| 100 a 500      | 523         | 67,83       | 126.914,06 | 29,90    |
| 500 a 1.000    | 85          | 11,02       | 59.750,51  | 14,08    |
| 1.000 a 2.500  | 38          | 4,93        | 55.483,23  | 13,07    |
| 2.500 a 5.000  | 7           | 0,91        | 22.155, 14 | 5,22     |
| 5.000 a 10.000 | 5           | 0,65        | 37.942,25  | 8,94     |
| Mais de 10.000 | 3           | 0,39        | 114.074,00 | 26,87    |
| Totais         | 771         | 100,00      | 424.469,78 | 100,00   |

Fonte: INTERMAT (1997)

A tipologia de classificação das propriedades usada é a estabelecida pela FAO/INCRA (1994), que classifica os tipos de propriedades no Brasil como Familiar e Patronal, tendo sido elaborada uma adaptação para análise do espaço agrário de Lucas do Rio Verde, onde as propriedades rurais foram classificadas como: pequenas, médias e grandes, em função das respectivas áreas territoriais:

- As propriedades rurais que possuem uma área territorial de até 100 hectares foram consideradas pequenas propriedades. Nessa categoria dimensional estão inseridos apenas 14,27% dos imóveis, os quais ocupam apenas 1,92% da superfície agrícola municipal.
- O estrato compreendido entre 100 a 500 hectares foi considerado como propriedades de tamanho médio. Nesta classe, encontram-se arrolados 523 lotes rurais, representando 67,83% do total das propriedades, e eles ocupam 29,90% da área. É nesta faixa que se encontra a maior parte dos produtores assentados no PEA Lucas do Rio Verde, os quais ainda permanecem no município. É também neste estrato que estão inseridos outros agricultores, como por exemplo os que chegaram através do programa PRODECER II, bem como os produtores rurais de Holambra, trazidos pela Cooperlucas.

Foram considerados grandes propriedades aquelas que possuem porções de área territorial superior a 500 hectares. Nessa categoria dimensional encontram-se 17,90% do número total de propriedades as quais, por sua vez, ocupam a maior parte das superfícies exploradas, representando 68,18% da área agrícola do município. KAGEYMA & BERGAMASCO (1989) classificam este estrato de área como capitalista. A exploração se processa de forma extensiva ou intensiva, em função do uso de maquinários.

Apesar da execução do PEA Lucas do Rio Verde, o município apresenta uma estrutura fundiária altamente concentrada. Percebe-se, também, que da mesma forma como ocorre em outras partes do país, existe grande disparidade na distribuição e concentração da terra.

No universo pesquisado, 70% possui área inferior a 70 ha, o restante (30%) tem até 100 ha. As terras foram adquiridas pela compra de terceiros. Somente 01 produtor, dos 14 produtores rurais entrevistados, recebeu as terras do INCRA, que foi de 200 ha. Porém, este agricultor não conseguiu manter a terra e possui, atualmente, somente 25 ha de área para cultivo. Os seis assentados entrevistados ainda possuem os 200 ha de terras recebidos.

Dos entrevistados, quatro produtores compraram à vista, o restante parcelou. Dos que compraram a terra, apenas metade possui escritura pública, recebida do INCRA, segundo informação dos mesmos. É necessário ressaltar que a área das propriedades é insuficiente para a manutenção familiar, porém eles não têm condições financeiras para adquirir mais terra, pois o que ganham mal dá para a manutenção da família.

Segundo informações fornecidas pela EMPAER (1997), no município Lucas do Rio Verde, 90% das propriedades agrícolas têm a terra explorada por seus proprietários e apenas 10% por arrendatários.



#### 4.2– Uso da terra no Município de Lucas do Rio Verde: cultivo e criação

A produção agropecuária se desenvolve de duas formas: a empresarial e familiar. Apesar das dificuldades que marcaram o início da colonização na área, pode-se dizer que a produção agrícola do município é representativa. Entre os cultivos agrícolas de maior expressão, produzidos em Lucas do Rio Verde, destacam-se: a soja, que é a cultura principal, seguida do milho e arroz de sequeiro (conforme mostra a Tabela 02). O cultivo destes produtos se desenvolve sobretudo em médias e grandes unidades agrícolas especializadas em monoculturas, as quais utilizam tecnologia moderna e mão-de-obra assalariada. A produção destina-se tanto o mercado interno como o externo.

**Tabela 02: Principais cultivos agrícolas temporários em  
Lucas do Rio Verde – 1997**

| Cultura              | Área plantada (ha) | Produção (t.) |
|----------------------|--------------------|---------------|
| Soja                 | 162.000            | 486.400       |
| Arroz sequeiro       | 6.200              | 22.320        |
| Milho (Safrinha)     | 75.000             | 135.000       |
| Sorgo gran. Safrinha | 3.000              | 5.400         |
| Feijão               | 292                | 464           |
| Algodão              | 3.600              | 10.800        |

Fonte: PMLRV (1997).

As pequenas propriedades caracterizam-se por uma diversidade de atividades agrícolas e criatórias. No espaço de cultivo, além do milho e da soja, a terra é usada também com frutas e hortaliças.

No universo pesquisado, a produção de frutas e hortaliças se configura como atividade econômica importante nas pequenas propriedades. Entre as frutas, destacam-se: o abacaxi, mamão, maracujá e uva. Embora com menor expressão, encontra-se: melancia, limão, figo e mamão.

Quanto à olericultura, também presente no espaço agrário de Lucas do Rio Verde, destacam-se: tomate, alface, pimentão, beringela e pepino.

A Tabela 03 mostra a área cultivada com fruticultura. À semelhança do que ocorre em outras regiões do país, em Lucas do Rio Verde o cultivo de frutas caracteriza-se por ser uma atividade intensiva, cultivada em pequenas áreas. Elas são exigentes em insumos químicos e requerem muita mão-de-obra.

**Tabela 03: Lucas do Rio Verde, área cultivada com frutas – 1997**

| Cultura                 | Área plantada (ha) |
|-------------------------|--------------------|
| Abacaxi                 | 54                 |
| Mamão papaia            | 16                 |
| Maracujá                | 18                 |
| Coco da Bahia           | 50                 |
| Abacate                 | 16                 |
| Parreira (Niágara Rosa) | 21                 |

Fonte: PMLRV (1997).

Para a maior parte dos entrevistados, o cultivo de frutas se desenvolve com o uso de irrigação, correção e fertilização do solo com adubos químicos. Apenas dois produtores utilizam adubo orgânico nesse processo. Além disso, algumas cultivares requerem muitos insumos e isso implica em gastos. As sementes e as mudas frutícolas também são compradas.

A pecuária bovina está presente na paisagem agrária e envolve tanto produtores familiares como produtores capitalistas. O gado de corte (predomina a raça nelore) é criado extensivamente em grandes propriedades.

A produção de leite é uma atividade que absorve os produtores familiares. O leite é entregue diariamente à COOPERLUCAS. É muito importante no orçamento familiar, como diz um entrevistado: “[...] vende para o laticínio, que todo mês tem um dinheirinho na Cooperlucas pra retirá, um dinheirinho lá que dá pro sal, um remédio [...]” (D.M.).

No universo pesquisado, o número de vacas leiteiras varia de 1 a 11 animais, por propriedade. Em função disso, a quantidade de leite produzido diariamente varia de cinco a oitenta litros diários. Em Lucas do Rio Verde, o leite é tirado manualmente. Esta característica, evidencia que os produtores de leite foram excluídos ou não tiveram acesso ao modelo tecnológico difundido pela modernização da agricultura.

Além do gado leiteiro, nas pequenas propriedades também são criados outros animais, tais como: bovinos para corte, e a quantidade criada varia de duas a vinte e cinco cabeças; os suínos, criados por apenas 7% dos produtores, oscilam de uma a trinta cabeças. As aves, se fazem presentes em quase toda a propriedade, e a produção varia de treze a seiscentas cabeças. A criação destes animais tem por finalidade tanto a subsistência como a comercialização.

Em relação aos cuidados com a criação, constatou-se que a maior parte dos produtores usam veterinários, para aplicar as vacinas. Os animais são

tratados com ração, farelo e sal. A silagem não é uma prática muito comum, sendo encontrada em apenas três propriedades. O mesmo se pode dizer da inseminação artificial, pois apenas um produtor usa aquela técnica.

Mesmo com esta variedade de cultivos e criações, os agricultores familiares são obrigados a adquirir, no mercado, grande parte dos alimentos que consomem. Entre os poucos itens que não dependem de compra no mercado, destacam-se: o leite e seus derivados, ovos, hortaliças, frutas e a carne.

Quanto às áreas de produção, 50% dos produtores possuem terras que poderiam ser incorporadas ao cultivo. O restante utiliza toda a terra produtiva da propriedade.

#### **4.3 – Infra-estrutura e tecnologia de produção**

Além da terra, meio de produção fundamental para o desenvolvimento das atividades agropecuárias, destacam-se o uso de maquinários no processo produtivo, porém a mecanização não é homogênea, variando não só no tipo de equipamentos, mas também na quantidade destes. No universo pesquisado, as máquinas agrícolas e equipamentos mais utilizados são os seguintes: pulverizador, trator, motosserra, roçadeira, carpideira, grade, arado, subsolador, colheitadeira, gradeadora, niveladora, quebrador, forrageira, depenadeira e colhedeira. Há que se ressaltar, contudo, que, apesar dessa grande variedade de implementos agrícolas, para alguns agricultores as principais ferramentas de trabalho ainda continuam sendo a enxada e a carroça.

A prática de alugar ou pedir emprestado máquinas e/ou instrumentos é comum apenas para aqueles que não as possuem, como por exemplo: carroção, colhedeira, plantadeira, roçadeira, trator e o arado. O empréstimo de maquinários dos grandes produtores para os pequenos não é uma prática comum na área. No depoimento dos entrevistados, constatou-se que “paga para fazer se for o caso, troca de serviço, né, serviço braçal por máquina” (D.M.).

O depoimento anterior evidencia que não existe troca de favor. Na fala de alguns ficou claro que o grande problema do pequeno produtor é o grande produtor. Isto é, o grande produtor se aproveita da fragilidade do pequeno para seu benefício próprio, ou seja, trocam serviço braçal por máquinas. A realidade constatada em Lucas do Rio Verde é comum em outras áreas do país.

Com relação às máquinas e equipamentos adquiridos através de financiamentos bancários, constatou-se que apenas três tratores e uma colheitadeira foram financiados. Os demais instrumentos de trabalho, para a maior parte dos produtores, foram comprados com recursos próprios, à custa de economia (poupança).

As principais benfeitorias encontradas nas propriedades são: casa sede, depósito (paiol), curral, galinheiro, aviário e chiqueiro.

#### **4.4 – O financiamento e a assistência técnica**

Indagados se recorrem a empréstimos bancários para a produção, a maior parte (nove) dos entrevistados disse já ter solicitado financiamento. Todos

argumentaram que o fizeram por não terem recursos próprios. Neste contexto, inserem-se os produtores de fruticultura, que solicitaram recursos do FUNDAGRO do BEMAT (Banco do Estado de Mato Grosso)<sup>35</sup>. Apenas um produtor nunca solicitou financiamento. Ainda sobre esta questão é importante salientar que, dos produtores entrevistados, alguns são cooperados da Cooperlucas. Estes não podem fazer empréstimos bancários porque a Cooperativa possui uma grande dívida junto ao Banco do Brasil, e isso impossibilita que seus cooperados façam qualquer empréstimo e/ou financiamento.

Na safra de 1999, alguns produtores solicitaram financiamento, porém apenas dois foram contemplados com o recurso do PRONAF, e apenas um foi beneficiado com créditos da CREDILUCAS (Cooperativa de Créditos de Lucas do Rio Verde).

Quanto à assistência técnica, a maior parte dos entrevistados não recebe nenhuma orientação. Em alguns casos, a assistência é particular. Os produtores que cultivam frutas recebem orientação da EMPAER. A assistência técnica é considerada importante, como expressa este produtor: “muito, ajuda a corrigir o solo, ajuda a identificar doença na lavoura, ajuda a escolher semente melhor, o melhor é o debate com o técnico” (F. R.).

Apenas um produtor considera que o veterinário é importante; outros não consideram importante a assistência técnica. Eis o que ele expressa: “não

---

<sup>35</sup> Este banco foi liquidado recentemente.

precisa, na verdade já pedimos a fita gravada e não tem erro, qualquer coisa coloca a fita no vídeo. Não adianta ir atrás do agrônomo, eles nunca têm tempo” (B.M.).

Constatou-se uma certa resistência por parte de alguns produtores, quanto à assistência técnica efetuada pela EMPAER. Isto se deve à orientação errada que esta empresa prestou a eles, no início da implantação do cultivo de fruticultura no município. Eis o que diz um entrevistado: “muitas vezes o agrônomo não orienta corretamente. A orientação do maracujá foi errada. É importante, agora eu com esse negócio aqui (abacaxi) os técnicos vieram pedi informação para mim, sobre plantio” (D.M.).

Para alguns produtores, a principal dificuldade enfrentada no desenvolvimento das atividades agrícolas é a falta de dinheiro para o plantio. Segundo dizem, o dinheiro está cada vez mais escasso. Para outros, o maior problema é a comercialização. Estes consideram que, além da dificuldade para plantar, a venda da produção tem sido um grande desafio nos dias atuais. Sobre esta questão, alguns entrevistados assim se expressaram: “a insegurança do plano econômico, não sabe se tem dinheiro para plantar, hoje custa mais caro plantar do que vender” (F. R.).

“acho que a dificuldade é que a gente tem pouca área de terra. Hoje precisava té mais uma máquina pra investi mais na lavoura por que do jeito que tá no BB, a gente não pega, a maior dificuldade é essa aí [...] a gente pede mais um incentivo por parte do governo, pelo menos do município [...] a gente sem incentivo vai desacorçoando, né” (D.M.).

No rol das dificuldades, insere-se o preço dos produtos comercializados e isto está expresso no comentário de um entrevistado: “*é difícil de vender, o produto é muito barato*” (B.M.). Outros reclamam da política agrícola do atual governo, que tem castigado os produtores. Além disso, conforme já referido, a “quebra financeira” da Cooperlucas tem prejudicado muito os produtores, como demonstra este cooperado:

“hoje é a falta de recursos, aí que nem a gente, o BB tá castigando nós através da Cooperlucas, já faz 04 anos que não consigo, por causa que eu sou sócio na Cooperlucas, nós não conseguimos financia. Esse ano eu fui na Credilucas, que me deu essa mão, por que é pouquinho a área e eu sempre fui sócio desde que começou [...]” (D.M.).

Como está evidenciado, não faltam motivos para limitar o desenvolvimento da atividade agropecuária em Lucas do Rio Verde. Isto tem início na fase do plantio, com a falta de financiamento para custeio, e culmina com as dificuldades encontradas para comercializar a produção.

#### **4.5 – A comercialização da produção**

Os gêneros produzidos nas unidades familiares são comercializados de várias formas, envolvendo inclusive a troca de mercadorias. Os compradores da produção são: atacadistas, supermercados, cooperativa, intermediários, armazéns e a CEVAL.

No universo pesquisado, 58% dos produtores são associados de alguma cooperativa, entre as quais destacam-se a COOPERLUCAS, a Sicredilucas e a



COAGRIL. Contudo, grande parte dos produtores afirmam não existir vantagem em ser associado de cooperativa de produção. Este é o caso dos associados da Cooperlucas, que “quebrou” e vem prejudicando os cooperados, pelo fato de não ter conseguido saldar suas dívidas.

Uma parcela significativa dos produtores utiliza o sistema de pagamento do frete, para transportar a produção até o mercado. Os que possuem condução transportam a produção até os postos de venda e, em alguns casos, é o intermediário quem pega os produtos na propriedade. No caso do leite, a entrega é realizada diariamente na cooperativa.

A maioria dos produtores tem conhecimento antecipado do preço dos produtos que desejam comercializar. Esta informação pode ser obtida de várias maneiras: através de intermediários, nas cooperativas, em supermercados ou repassadas por outros produtores. Os produtos comercializados na forma de escambo são negociados na hora. Já quando se trata de vender a produção, os agricultores enfrentam dois problemas: um é a concorrência e o outro é o baixo preço pago pelas mercadorias, o que muitas vezes não cobre sequer os valores gastos na produção.

Dos produtos cultivados, o que melhor dá retorno financeiro é, para alguns produtores, a soja, o milho e o leite. Para outros, são as aves. Ao comentar sobre o abacaxi, um produtor assim se manifestou:

*“hoje tá todo mundo produzindo o abacaxi, ainda falta muita coisa, [...]. Hoje tô vendendo minhas fruta em SINOP, a maioria. Pago*

*frete, o ano passado perdi umas oito mil fruta, final do ano todo mundo tinha não achava que ia achar comprador” (D.M.).*

A grande dificuldade enfrentada pelos produtores de frutas é a comercialização, pois no município não há mercado suficiente para consumir a produção e não existem agroindústrias para processá-las. Por isso, os produtores são obrigados a vendê-la em outras cidades, como demonstra o relato do produtor anteriormente citado. Alguns levam pessoalmente a produção para Cuiabá, onde o mercado é maior. Nesse sentido, apresenta-se um outro entrave: nem todos os produtores possuem veículo para transporte, ou muitas vezes este não é apropriado para tal fim. Nestes casos, o produtor tem que pagar o frete até os mercados consumidores, o que reduz (ou retira-lhe) a possibilidade de obter lucro.

A produção de frutas foi introduzida no município há pouco tempo, com recursos do FUNDAGRO do BEMAT, direcionados especificamente aos pequenos produtores que desejassem trabalhar com esta atividade. Com o incentivo, muitos produtores passaram a se dedicar à exploração de pomares. Mas os problemas já surgiram quando foi colhida a primeira safra. Não havia, na região, mercado consumidor para absorver grandes quantidades de frutas, parte significativa da produção foi perdida, desestimulando os produtores a continuarem na atividade. Isto explica por que, atualmente, poucas propriedades desenvolvem o cultivo de fruticultura.

#### **4.6 – A organização do trabalho familiar**

Na maior parte das unidades pesquisadas, as atividades são executadas por poucas pessoas da família. Em alguns casos, é o casal; em outros, é o pai e o filho. Em menor número, existem unidades em que todos os membros do grupo familiar participam do processo produtivo. A pequena produção familiar, de acordo com se fundamenta na relação entre propriedade, trabalho e família. Eis o que a autora BAUDEL WANDERLEY (1999: 25).expressa: “no entanto, ela tem particularidades que a especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global”

Já, segundo a FAO/INCRA (1994), na categoria dos produtores familiares, encontram-se os proprietários dos meios de produção, que utilizam a força de trabalho da família com ou sem a contratação de trabalhadores temporários durante o ano. Nessa categoria, encontram-se também os produtores que não conseguem obter renda suficiente para o sustento da família e são obrigados a vender a sua força de trabalho.

Em Lucas do Rio Verde, o número de horas trabalhadas pela família nas atividades produtivas sofre variações em função das atividades desenvolvidas. Em uma parcela significativa das propriedades visitadas, constatou-se que não existe divisão do trabalho entre o homem e a mulher, ambos desempenham juntos as atividades produtivas. Neste caso, o trabalho feminino é dobrado, pois

é a mulher que cuida das atividades domésticas. Os filhos geralmente ajudam no plantio e na colheita.

A organização do trabalho reserva exclusivamente às mulheres os serviços domésticos. Ela se envolve também na produção de víveres e do leite, e com as atividades da horta. Na maioria dos casos, o homem cuida da lavoura, lida com as máquinas e cuida do gado de corte. Em relação às vacas leiteiras, o homem partilha com a mulher os cuidados da ordenha.

Na maior parte das propriedades, há membros da família trabalhando fora da unidade produtiva. É comum, sobretudo, no caso do filho homem mais velho, que busca conquistar a sua autonomia, deixar as atividades agrícolas. Em dois casos, a esposa trabalha fora, e isso é considerado fundamental para complementar a renda familiar.

No universo pesquisado, constatou-se que nem sempre a família consegue dar conta das atividades agrícolas. Em função disso, recorrem à contratação de trabalhadores temporários, no decorrer do ano, os quais auxiliam em diversos serviços, como preparo do solo, plantio e colheita.

#### **4.6.1 – A qualidade de vida**

A instrução dos casais apresentou-se da seguinte forma: a maioria possui o primeiro grau incompleto; em um caso, o esposo tem o primeiro grau e a esposa o segundo grau; um casal nunca frequentou a escola; em outro caso, o segundo grau completo e somente um com nível superior (agrônomo).

As moradias são de dois tipos: alvenaria e madeira. A infra-estrutura existente na residência consta de água encanada, luz elétrica, banheiro, esgoto, e fossa. Os meios de comunicação são: rádio, TV e telefone, para poucos. A distância da propriedade ao centro urbano varia de 02 a 30 quilômetros. As estradas oferecem boas condições de tráfego, apesar de não serem asfaltadas.

Dos produtores entrevistados, nove possuem filhos que freqüentam a escola. Quanto ao projeto profissional para os filhos e filhas, 50% dos entrevistados desejam investir no estudo, pois consideram que possam levar uma vida melhor. Alguns querem que os filhos continuem exercendo atividades ligada ao campo, como: técnico agrícola e agrônomo e outras áreas, a exemplo da advocacia.

Indagados sobre os cuidados com a saúde, a maior parte dos entrevistados disseram que costumam freqüentar o consultório médico; apenas dois produtores não o fazem com regularidade, só em caso de urgência. O mesmo ocorre com relação à assistência odontológica.

Quanto ao lazer, as famílias participam das atividades desenvolvidas na comunidade, sendo enfatizada a participação nas programações do clube, festas, CTG, pescarias e há aqueles que só vão à missa.

Ao comentar sobre a vida no campo, os produtores argumentaram que precisam de mais apoio do governo, fato que não tem ocorrido na prática. A insatisfação pode ser comprovado no desabafo de um produtor que assim se expressou: “a nível da renda, nossos governos está sugando a gente, que chega

num ponto que não dá”. Por outro lado, a maioria não deixaria a vida na propriedade, pois, como diz um produtor, “quem vive no campo vive melhor que na cidade. Quem planta tem bastante coisa para comer”.

Sobre a renda mensal, a maioria preferiu não responder, alguns até pelo fato de não saber ao certo quanto ganham. Dos que se manifestaram, constatou-se que ela varia de três a dez salários mínimos. Apenas um produtor apresenta rendimentos acima de dez salários mínimos. Mesmo assim, ficou evidenciado que a renda varia de acordo com o produto e ano da produção. Sobre esta questão, um produtor argumentou que ainda não teve retorno do investimento efetuado na produção.

Para a maior parte dos entrevistados, os ganhos obtidos com a produção são suficientes para atender as necessidades básicas da família. Apenas dois produtores argumentaram que o resultado da produção não é suficiente para essas necessidades. Para os entrevistados, genericamente, as necessidades comuns das famílias são: educação dos filhos e saúde, que muitas vezes envolve médicos particulares e remédios.

Entretanto, nem todos conseguem introduzir melhorias na propriedade. Sobre esta questão é ilustrativa a fala de um entrevistado: “dá, porque faço economia”. Para a grande maioria – principalmente os que têm filhos menores ou estudando – é quase impossível qualquer incremento nesse sentido.

Neste contexto, indagados em que aplicariam dinheiro, caso o tivessem sobrando, as respostas foram variadas: alguns disseram que aplicariam em

terras, concretizando o sonho de serem proprietários de uma fazenda; outros na construção de imóveis para investimento e outros na produção, como a fruticultura e a piscicultura. Em contrapartida, há aqueles que não sabem o que fariam: se continuariam na terra ou se as deixariam para tentar uma nova vida, menos sofrida.

Como já foi expresso até aqui, as dificuldades que têm imperado no processo de produção agrícola são, no geral, as de obter financiamentos e a falta de incentivos, principalmente quanto ao baixo preço de venda dos produtos e o alto custo dos insumos. Estes aspectos desestimulam os produtores, como fica evidenciado no seguinte depoimento: “hoje não tem definição no setor agrícola, vendê sabe que vai, agora não sabe o quanto vai ganhar”. Em síntese, é necessário e urgente um planejamento estratégico e a adoção de medidas que venham a atender as necessidades da produção familiar. Ela vem cumprindo o seu papel de abastecedora do mercado interno, produzindo não só uma maior variedade de gêneros, mas também gerando empregos em quantidade superior à agricultura patronal.

## 8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão da fronteira agrícola e a política de colonização para sua ocupação foi uma resposta do Estado às lutas sociais no campo. Neste sentido, o Estatuto da Terra (1964) previa, a grosso modo, a execução da Reforma Agrária e a promoção da política de desenvolvimento rural, centrada na difusão da modernização tecnológica da agricultura. Assim, no mesmo processo, ocorreu a expansão da fronteira na Amazônia e novas áreas agrícolas foram incorporadas à economia nacional (SANTOS, 1993).

O entendimento da expansão da fronteira agrícola no território brasileiro é de grande importância para a compreensão da reprodução e/ou manutenção da unidade de produção familiar e para entendimento da luta empreendida pelos segmentos sociais despossuídos de terra.

Parece não haver dúvidas de que a fronteira, hoje, não avança de forma contínua no espaço, ocupando todos os vazios, mas se processa deixando na sua retaguarda espaços que não interessam à apropriação e ocupação capitalista. Além do mais, para se estudar a fronteira amazônica, parece não ser mais apropriada a distinção ou a sucessão espacial das diversas frentes.

Quanto ao papel do Estado na fronteira, parece bem claro. Embora ele apareça mediando a luta pela terra, em qualquer nível, ele está a serviço do capital. De modo a obstacularizar a colonização espontânea realizada pelo pequeno produtor e principalmente pelo posseiro, o poder público adota a



política de colonização dirigida, a qual trata-se de distribuir terras a trabalhadores rurais que delas necessitam.

As funções do Estado não mudaram ao longo dos anos no processo de ocupação e expansão da fronteira, elas foram sendo aperfeiçoadas pelos sucessivos governos na tentativa de solucionar os conflitos que surgiam e possibilitar a reprodução ampliada do capital.

Mato Grosso inseriu-se no processo de expansão da fronteira agrícola; embora o Governo Estadual não tenha atuado diretamente, foi conivente com as ações do Governo Federal. Segundo OLIVEIRA (1997), 90% dos projetos particulares de colonização ocorreram no Estado de Mato Grosso. A expansão do capital transformou o espaço, propiciando a criação de municípios, como Lucas do Rio Verde, Sorriso, Itaúba, Sinop, Vera, Santa Carmem e outros.

Lucas do Rio Verde, foi o município recortado como área de pesquisa. Lá o governo cedeu terras aos pequenos produtores, que foram trazidos de Ronda Alta-RS, local que passava por conflito de terra desde o final da década de 70. Eles receberam, cada um, 200 ha de terras. Porém, diante da não garantia das promessas que foram feitas, a maioria deixou as terras, voltando para o lugar de origem ou instalando-se na periferia das cidades mais próximas. Os colonos, oriundos principalmente do Sul do país, sofreram a precariedade das condições do assentamento, tanto no que diz respeito à produção como na qualidade de vida.

Os primeiros colonos que chegaram a Mato Grosso, ao se deparar com outra realidade, retornaram. A saída deles, provocou uma nova leva de colonos

para as áreas de colonização em busca de melhores condições de vida, ou seja, de terras onde pudessem plantar e produzir.

Lucas do Rio Verde evidencia que o INCRA fracassou em seu projeto de assentamento. Dos assentados no início, poucos e nem todos desenvolvem atividades agrícolas por falta inclusive de condições financeiras para tais atividades.

A realidade observada no trabalho de campo no município de Lucas do Rio Verde mostra que o capital não homogeneiza o espaço e não proletariza completamente o trabalhador rural, pois este luta e resiste para se manter no campo, apesar das dificuldades financeiras e da falta de assistência.

Este projeto de colonização em área de fronteira tinha como objetivo não só assentar produtores rurais como propiciar a expansão do capital, contribuindo assim também com a integração desta área ao mercado regional e nacional.

A produção agropecuária em área de fronteira tem se mostrado significativa, é fonte de divisas e vem contribuindo com o aumento do PIB do Estado. Mato Grosso tem se destacado na produção de grãos efetuada em grandes propriedades para suprimento do mercado externo. Mas a agricultura familiar tem contribuído para o abastecimento do mercado interno, principalmente no que tange à produção de frutas, além de assegurar a sobrevivência e a permanência de muitas famílias no meio rural.

Apesar da integração com o mercado, o produtor familiar tem enfrentado dificuldades econômicas, relacionados a problemas de comercialização e pouco acesso a financiamentos.

O projeto de colonização desenvolvido em Lucas do Rio Verde reflete a resposta da área aos incentivos políticos e econômicos definidos pelo Estado. Embora os resultados revelem a não homogeneização da modernização tecnológica na agricultura e a variabilidade das condições de reprodução dos produtores, Lucas do Rio Verde é um espaço reproduzido pelo capital e integrado à economia nacional e mundial.

A colonização dirigida, quer a oficial ou a particular, está aquém do idealizado, porém ela não representa o fracasso por muitos apontado. A agricultura familiar que se desenvolve em área de fronteira não difere do contexto nacional.

Mesmo com todas as dificuldades de reprodução, ela se mantém procurando desenvolver estratégias de sobrevivência, destacando-se os cultivos de subsistência que reduzem os gastos e o trabalho fora da propriedade, que complementa a renda familiar. Contudo, a rotatividade de produtores familiares, desde o início da colonização, tendencialmente terá continuidade. No processo, o espaço agrário poderá ser alvo de novas transformações.

## 9 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUDEL WANDERLEY, Maria de Nazareth. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: \_\_\_\_\_. *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo-RS: Universidade de Passo Fundo, 1999.
- BECKER, Bertha. *Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- CASTRO, Sueli Pereira et alii. A colonização oficial em Mato Grosso: a nata e a borra da sociedade. *Cadernos do NERU*, Cuiabá: EdUFMT, 1994.
- COY, Martin. Frentes pioneiras perante a globalização. Dinâmica interna e reorganização do espaço social da Amazônia brasileira. *GEOSUL* (Revista do Departamento de Geociências), Florianópolis-SC, n. 25, 1998.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. 6ª ed. Ed. Ática. 1999.
- EMPAER. *Estudo de realidade do Município Lucas do Rio Verde*. Cuiabá, 1997.
- ESTATUTO DA TERRA. Completo e atualizado até 1985. Rio de Janeiro, 1985.
- FAO/INCRA. *Agricultura familiar em áreas de Reforma Agrária*. Projeto de cooperação técnica INCRA/FAO. Brasília, 1994.

- FERREIRA, Eudson de Castro et alii. A reconstrução dos assentamentos rurais em Mato Grosso. In: MEDEIROS, Leonildes S. de ; LEITE, Sérgio (org.). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Univers./USRGS/CPDA, 1999.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra: Formação e territorialização em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1996. 385 p.
- FOWERAKER, Joe. *A luta pela terra. A economia política da fronteira no Brasil de 1930 aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- IBGE. *Censo agropecuário*. Rio de Janeiro, 1997.
- KAGEYMA ; BERGAMASCO. *A estrutura da produção no campo em 1980*. Campinas-SP: Instituto de Economia – Unicamp, 1989. (mimeo)
- MARTINS, José de Sousa. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- \_\_\_\_\_. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MEAF. *Coletânea: Legislação agrária, legislação de registros públicos, jurisprudência*. Brasília, 1983.

- MIRANDA, Mariana. *O papel da colonização dirigida na expansão da fronteira na Amazônia*. ANAIS DO 4º CONGRESSO DE GEOGRAFIA São Paulo: [s.n.], Livro 2, v. 2, 1984.
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- MORENO, Gislaene. *Os (des)caminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso*. São Paulo, 1994. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo.
- MOURA, Sandra Corrêa. *Aspectos da pequena produção em Mato Grosso: o caso de Jaciara e Juscimeira*. Rio de Janeiro, 1983. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A colonização e a recriação capitalista dos camponeses na fronteira amazônica mato-grossense. In: \_\_\_\_\_. *A agricultura camponesa no Brasil*. Caminhos da Geografia. 3. ed. São Paulo: Contexto, p. 142-159, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Integrar para (não) entregar: políticas públicas e Amazônia*. Campinas: Papirus, 1988.
- OLIVEIRA, Edgar Francisco de. *Camponeses da fronteira: estudo das articulações entre o capital e a pequena produção no Alto Turi*. Recife, 1984. Dissertação (Mestrado) – PIMES, Universidade Federal de Pernambuco.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE. *Perfil sócio-econômico do Município Lucas do Rio Verde –Mato Grosso*. Lucas do Rio Verde, 1997.

PRETTI, Oreste. Terra, ouro e sangue em Guarantã do Norte: 20 anos de luta pela terra. *Cadernos do NERU*. Cuiabá: EdUFMT, 1993.

REDWOOD, John. Ocupação, Estado e expansão capitalista: algumas reflexões com base no caso brasileiro. *Revista de Desenvolvimento Regional*. São Paulo: Cortez, v. 1, p. 47-61, 1982.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Matuchos: Exclusão e luta*. Do Sul para a Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1993.

VALVERDE, Orlando. *Grande Carajás*. Planejamento da destruição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

VELHO, Otavio Guilherme. *Frentes de expansão e estrutura agrária*. Estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

## **ANEXOS**



## Anexo 01

**Tabela 0: Assentados residentes no Município de Lucas do Rio Verde-MT**

| Assentado                           | Área atual        | Produção             |
|-------------------------------------|-------------------|----------------------|
| Aquilino Sirtoli                    | 800 ha            | Soja e milho         |
| Auri F. Bueno                       | 200 ha            | Soja e milho         |
| Ademar P. Piccini                   | 200 ha            | Soja e milho         |
| Alécio Isalino                      | Vendeu as terras  | -----                |
| Adolfo S. de Oliveira               | Vendeu as terras  | -----                |
| Antonio Mingoti                     | Vendeu as terras  | -----                |
| Baroso (falecido) filho             | 200 ha            | Sem informações      |
| Cestílio de Marque                  | 200 ha            | Soja e milho         |
| Dalápria (faleceu) filho            | 200 ha            | Sem informações      |
| Darci Martineli                     | 25 ha             | Hortifrutigrangeiros |
| Davi Martinelli                     | Vendeu as terras  | -----                |
| Francisco Daquete                   | 200 ha            | Soja e milho         |
| Heitor P. Nicoletti                 | 300 ha            | Soja e milho         |
| Ildo Romancini                      | 200 ha            | Soja, milho e suínos |
| Jorge S. Rosa                       | Vendeu as terras  | -----                |
| João C. Piccini                     | Vendeu as terras  | -----                |
| Leonildo Bacin                      | Arrenda as terras | -----                |
| Lucindo Marcon                      | 175 ha            | Soja, milho e suínos |
| Luiz A. J. Oliveira                 | Arrenda as terras | -----                |
| Milton R. Piccini                   | Vendeu as terras  | -----                |
| Miro                                | 200 ha            | Soja e milho         |
| Oswaldo L. Pereira(faleceu)/família | 200 ha            | Sem informações      |
| Saul Marchiori                      | 200 ha            | Soja e milho         |
| Silvino Peliçari                    | 200 ha            | Soja e milho         |
| Valdomiro L. Pereira                | Vendeu as terras  | -----                |

Fonte: Instrumento de pesquisa dez/98